

Prefeitura Municipal de Nova Laranjeiras



Plano Municipal pela Primeira Infância

PMPI – 2024 -2034

2024

EQUIPE TÉCNICA

Representantes da Secretaria Municipal de Governo

EMERENCIANE MENDES

TAINÁ CRISTINE SILVA

Representantes da Secretaria Municipal de Educação

SUZANA MINEIRO

DILCIANE KLOS

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

JUCELI CARMEN BRUGNEROTTO BALBINOTI

SARAH NAYANE DA ROSA

Representantes da Sec Municipal de Assistência Social e Ação Comunitária

THALITA ONETTA MULLER

SANDRA REGINA LICZBINSKI

Representantes da Secretaria Municipal Indígena

NEOLI KAFY RYGUE OLIBIO

CLEITON DE OLIVEIRA

Representantes da Conselho Tutelar

MARIA APARECIDA BARBOSA

CIRLENE DE OLIVEIRA DOS SANTOS

Representantes indicados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

SERLI TEREZINHA PRUNI e MIGUEL TAVARES

Representantes indicados pelo Conselho Municipal de Assistência Social

MARIA SOLANGE FERREIA DOS SANTOS WRUBLAK e LIANE FRARES

Representantes indicados pelo Conselho Municipal de Educação

FRANCIELI SAMPIETRO e CLARIDIANE TEIXEIRA

Representante indicados pelo Conselho Municipal de Saúde

JULIA MARIA DOS SANTOS e LUIZA ARAÚJO DOS SANTOS

Representante indicados pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE

TATIANE BIESEK e CARLA VITÓRIA BRAGA DOS SANTOS

Representante indicados pelas lideranças da Aldeia Indígena Rio das Cobras

ILDA CORNÉLIO BERNARDO e ADILSON VENHGYNH FREITAS

“Se a gente quiser modificar alguma coisa, é pelas crianças que devemos começar. Devemos respeitar e educar nossas crianças para que o futuro das nações e do planeta seja digno.”

AYRTON SENNA

SIGLAS

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes
CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT - Conselho Tutelar
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
COPIS - Coordenação de População e Indicadores Sociais
IDH - Índice de Desenvolvimento Urbano
MLPI - Marco Legal da Primeira Infância
PMPI - Plano Municipal pela Primeira Infância
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
CADÚNICO – Cadastro Único
LDO- Lei de Diretrizes Orçamentárias
PPA - Plano Plurianual
ONU - Organização das Nações Unidas
ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
PAB - Programa Auxílio Brasil
PCF – Programa Criança Feliz
BPC – Benefício de Prestação Continuada
ESF - Estratégia de Saúde da Família
UBS – Unidade Básica de Saúde
CEO - Centro de Especialidades Odontológicas
CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	07
1.1 A primeira infância é importante.....	08
1.2 Por que investir nas crianças de 0 a 6 anos.....	09
1.3 É um investimento com retorno certo.....	09
1.4 É uma questão de justiça social.....	09
1.5 O aprendizado começa já na barriga da mãe.....	10
1.6 Cuidar da criança é dever da família, sociedade e Estado.....	10
2. NOVA LARANJEIRAS.....	11
3. DADOS IMPORTANTES.....	15
3.1 Percentual de População Primeira Infância - 0 a 6 anos.....	15
3.2 População Primeira Infância - 0 a 6 anos.....	15
3.3 Porcentagem Total de Pessoas Residentes de Raça/Cor Preta e Parda.....	16
3.4 Árvore do IDHM.....	17
3.5 Instituições de Ensino.....	18
4. DIAGNÓSTICO.....	20
4.1 EDUCAÇÃO.....	21
4.1.1 Número de matrículas em creches.....	21
4.1.2 Sexo da criança.....	21
4.1.3 Cor ou Raça da criança.....	21
4.1.4 Localização da creche ou pré-escola.....	22
4.1.5 Criança com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação.....	22
4.1.6 Dependência Administrativa da creche ou pré-escola – I.....	22
4.1.7 Dependência Administrativa da creche ou pré-escola – II.....	23
4.1.8 Deficiência, transtorno do espectro autista ou superdotação/altas habilidades.....	23
4.2 Número de matrículas em pré-escolas.....	24
4.2.1 Sexo da criança.....	25
4.2.3 Cor ou Raça da criança.....	25
4.2.4 Localização da creche ou pré-escola.....	25
4.2.5 Criança com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação.....	26
4.2.6 Dependência Administrativa da creche ou pré-escola – I.....	26

4.2.7 Dependência Administrativa da creche ou pré-escola – II.....	27
4.2.8 Deficiência, transtorno do espectro autista ou superdotação/altas habilidades.....	27
4.3 Proporção de matrículas em tempo integral em creches.....	28
4.3.1 Sexo da criança.....	28
4.3.2 Cor ou Raça da criança.....	28
4.3.3 Localização da creche ou pré-escola.....	28
4.3.4 Dependência Administrativa da creche ou pré-escola – I.....	29
4.3.5 Dependência Administrativa da creche ou pré-escola – II.....	29
4.4 Proporção de matrículas em tempo integral em pré-escolas.....	29
4.4.1 Proporção de matrículas de crianças com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação em classes comuns em creches.....	30
4.4.2 Proporção de matrículas em creches com saneamento básico.....	30
4.4.3 Adequação da formação docente em creches.....	30
4.4.4 Adequação da formação docente em pré-escolas.....	30
4.4.5 Adequação docente – Total.....	30
4.5 Dados gerais da educação infantil.....	31
4.6 Estrutura da educação infantil.....	32
4.7 Docentes da educação infantil.....	32
5. SAÚDE.....	34
5.1 Estrutura do sistema de saúde.....	34
5.2 Cobertura vacinal.....	34
5.2.1 Proporção cobertura vacinal.....	34
5.2.2 Tipo de Vacina.....	35
5.3 Prevalência de déficit de altura em menores de 5 anos.....	35
5.4 Nutrição na primeira infância.....	35
5.4.1 Prevalência de déficit de peso em menores de 5 anos.....	36
5.4.2 Prevalência de excesso de peso em crianças menores de 5 anos.....	36
5.5 Pré-natal e assistência ao parto	36
5.5.1 Proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram pelo menos sete consultas pré-natal.....	37
5.5.2 Faixa etária da mãe.....	37
5.5.3 Proporção de parto vaginal.....	37

5.5.4 Faixa etária da mãe.....	38
5.5.5 Estimativa de sub-registro de nascimento.....	38
5.6 Mortalidade materna e na infância.....	38
5.6.1 Número de óbitos de crianças menores de 5 anos.....	39
5.6.2 Sexo da criança.....	39
5.6.3 Componentes de mortalidade na infância.....	39
5.6.4 Causas evitáveis de mortalidade de crianças menores de 5 anos de vida.....	40
5.6.5 Número de óbitos de mulheres gestantes ou puerperais, por causas e condições consideradas de morte materna.....	40
5.7 Cobertura populacional estimada na Atenção Primária.....	40
5.8 Cobertura de saúde bucal.....	41
5.9 Transmissão vertical: HIV/Aids e Sífilis.....	41
6. ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	42
6.1 Cadastro Único	42
6.1.1 Proporção de crianças de 0 a 6 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família.....	43
6.1 .2 Sexo da criança.....	43
6.1.3 Proporção de crianças de 0 a 6 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família em domicílios que atendem o critério de renda para inclusão no Programa.....	43
6.2 CRAS – Centro de Referência de Assistência Social	44
6.2.1 Cobertura dos Centros de Referência de Assistência Social(CRAS).....	44
6.2.2 .SCFV-Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculos.....	44
6.2.3 Registro Civil de Nascimento.....	45
6.2.4 Políticas públicas de atenção à primeira infância.....	45
6.3 Conselhos Tutelares.....	45
6.3.1 Cobertura de Conselho Tutelar.....	46
6.3.2 Existência de Conselhos Tutelares.....	46
7. AÇÕES	47
7.1 AÇÕES EM EDUCAÇÃO.....	47
7.2 AÇÕES EM SAÚDE	54
7.3 AÇÕES EM ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	57
8 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	60

1. APRESENTAÇÃO

As crianças têm direitos. A ONU já declarou isso em 1959 e elaborou a Convenção sobre os Direitos da Criança em 1989. A Constituição Federal relaciona os direitos da criança e do adolescente e determina que sejam atendidos pela família, pela sociedade e pelo Estado com absoluta prioridade (art. 227). A Lei nº 8.069, de 1990, mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), inaugurou um novo paradigma no que concerne à proteção e à assistência às crianças e aos adolescentes e estabelece a forma como os direitos devem ser atendidos. A Lei nº 13.257, de 2016, chamada de Marco Legal da Primeira Infância, focaliza os direitos às crianças de até 6 anos de idade segundo as características da idade e do desenvolvimento infantil e estabelece as diretrizes para as políticas públicas para atender aos seus direitos.

Este é o argumento mais forte e de aplicação universal para todas as crianças. Não importa se é de família rica ou pobre, se pode alcançar grande rendimento escolar ou tem graves limitações para isso, se demonstra ou não capacidade para ser, no futuro, um trabalhador produtivo: toda criança tem direito, desde o nascimento, ao atendimento de todos os seus direitos como pessoa e cidadã.

O Ministério Público (MP), a Defensoria Pública, os Tribunais de Justiça, os Conselhos de Direitos e Tutelares têm atuado fortemente em defesa dos direitos da criança. Em alguns lugares, se estabelece uma estreita cooperação entre o MP, a Defensoria e a Secretaria de Educação para garantir o acesso à creche, bem como entre outros setores da administração pública para promover a necessária articulação intersetorial para a proteção integral de crianças e adolescentes.

O cuidado, a educação, a proteção, a atenção à saúde, o brincar, o convívio familiar e comunitário, entre os vários outros, são direitos da criança, por serem as condições sem as quais ela não sobrevive, não usufrui a vida, não se realiza na existência, não completa seu projeto de vida.

Desta forma, a construção de um plano para a primeira infância vai focar nas principais necessidades das crianças de Nova Laranjeiras efetivando as melhorias almejadas. Em resumo, é um instrumento-chave para a garantia dos direitos das crianças de 0 à 6 anos nos próximos 10 anos.

1.1 A primeira infância é importante

Criança não é um adulto em miniatura, nem um adulto em gestação, mas um ser em formação – cada um com seu jeitinho, personalidade e necessidades próprias. Todas as experiências pelas quais a criança passa desde seu nascimento contribuem para formar o que ela sabe e o que ela é.

Diversos campos de conhecimento já demonstram a relação existente entre o potencial genético, que a criança traz ao nascer, e as interações que ocorrem no ambiente em que vive. A criança e suas características individuais são resultado desses dois fatores.

Também está provado cientificamente que uma boa alimentação, condições favoráveis para uma boa educação e os estímulos que a criança recebe são importantes para seu desenvolvimento de forma geral. Em especial, as experiências vividas na primeira infância, entre o nascimento e o sexto ano de vida, influenciam a formação das estruturas do cérebro, que terão papel fundamental no restante de sua vida. Nessa etapa, cada criança aprimora sua capacidade de aprender, de se relacionar e de se expressar. A ciência afirma que a primeira infância é a melhor época para estimular o cérebro. A neurociência, que se dedica a pesquisar esse órgão, comprova a relação entre a formação das conexões do cérebro e a boa nutrição. Igualmente fundamental é viver em um ambiente que conta com estímulos saudáveis – como cuidado, afeto, carinho e interações frequentes com os adultos importantes para a criança.

Outro dado que vale ser ressaltado: o cérebro tem uma grande plasticidade, ou seja, é sensível a modificações, em especial nos primeiros anos de vida – o que não significa que depois disso nós paramos de aprender. Mas nesse período, o desenvolvimento cerebral acontece em uma velocidade incrível. Por isso, é tão fundamental estimular as crianças nessa fase.

Para que a menina ou menino se desenvolva plenamente, conquiste seus sonhos e se estabeleça no mundo, é preciso que a sociedade, os serviços públicos e o governo também se responsabilizem por ela. É por isso que, na maioria dos países do mundo, já se reconhece a promoção e a defesa dos direitos da criança como deveres do Estado. No Brasil, tudo isso está explicado no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no 8.069, de 1990) e no Marco Legal da Primeira Infância (Lei no 13.257, de 2016).

O Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) é uma maneira muito eficiente de trazer esses princípios para o nível local, garantindo direitos com a qualidade e a abrangência necessária. É importante lembrar que estudos de diversas áreas, como Ciências Sociais e Economia, mostram que as pessoas que não têm acesso a serviços públicos básicos (como educação, saúde e proteção) ou não têm onde morar de forma adequada, enfrentam mais dificuldades para estudar e para aprender a ler e a escrever. Em função disso, pode ser mais difícil conseguir emprego e ser bem remuneradas na vida adulta.

1.2 Por que investir nas crianças de 0 a 6 anos

Vamos listar aqui alguns motivos que podem ajudar você a explicar para todo mundo por que investir na primeira infância é fundamental:

1.3 É um investimento com retorno certo

O economista americano James J. Heckman, fez uma série de cálculos e afirmou: investir na primeira infância propicia o desenvolvimento de habilidades emocionais e sociais, da capacidade intelectual e de diversas outras aptidões, dando sustentação à aprendizagem e à formação ao longo dos diversos períodos da vida.

Isso significa que podemos aproveitar melhor as oportunidades que surgem quando somos adultos, passando também a contribuir para o desenvolvimento de nossa sociedade e do país como um todo. Em outras palavras, os estudos apontam que é mais vantajoso e eficaz investir nessa fase inicial da vida do que tentar reverter problemas que venham a se manifestar mais tarde.

1.4 É uma questão de justiça social

Todas as crianças nascem com muito potencial. No entanto, algumas têm mais oportunidades que outras para se desenvolverem de forma plena. É importante então que seja proporcionado no município ações que reduzam os efeitos dessa desigualdade.

É fundamental formular e melhorar programas e políticas públicas que ofereçam serviços de qualidade, capazes de melhorar as condições de vida das crianças e suas famílias, sobretudo as que vivem em situação de maior vulnerabilidade.

1.5 O aprendizado começa já na barriga da mãe

A criança aprende com tudo o que acontece ao seu redor, até mesmo antes do nascimento. Ela aprende com os sons, com a repetição de certas situações, imitando gestos, com todas as experiências pelas quais passa desde os primeiros dias de vida. Mas, além de tudo o que lhe chega de estímulos em casa, é necessário contar com uma educação infantil de qualidade, capaz de proporcionar experiências enriquecedoras e apoiar seu pleno desenvolvimento. Por isso, não só é Fundamental a disponibilidade de vagas em creches e pré-escolas, mas a qualidade desse atendimento e dos ambientes em que ele acontece também importa muito. Pesquisas demonstram que crianças que receberam uma educação infantil de qualidade têm mais probabilidade de aprender melhor nos anos seguintes – ensinos fundamental e médio, do que aquelas que não tiveram a mesma oportunidade. Essas instituições são muito mais do que um lugar no qual elas passam um tempo enquanto a família trabalha. Elas incluem espaços e profissionais bem preparados, que organizam atividades criativas e fazem uso de materiais apropriados. Assim, as brincadeiras e as demais interações podem ocorrer a partir de experiências estimulantes, que fortalecem a socialização e geram as aprendizagens adequadas para cada faixa etária.

1.6 Cuidar da criança é dever da família, sociedade e Estado

A família é responsável por apoiar a gestante e cuidar do bebê logo após o nascimento, mas sozinha a grande maioria das mães e pais não dá conta de oferecer aos filhos o cuidado e a educação necessários. Aí entra o Estado.

O poder público precisa se responsabilizar pela saúde, educação e proteção das crianças, a fim de que os familiares possam se dedicar ao trabalho e desempenhar seus outros papéis sociais. Mas para isso, precisam ter a segurança de que seus filhos estão recebendo o suporte adequado para um pleno desenvolvimento. Vale saber que esse é um direito da família, garantido pela Constituição Federal brasileira. Seu artigo 7º, inciso XXV, afirma que é direito dos trabalhadores urbanos e rurais a “assistência Gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até os cinco anos de idade em creches e pré-escolas”. A Constituição também determina que os municípios devem garantir, com o apoio da União e dos estados, os direitos da criança de forma geral.

2. NOVA LARANJEIRAS

A história registra que a primeira construção, em 1947, foi um hotel, hospedagem dos mascates e motoristas que transportavam madeira para a construção da ponte que liga o Brasil ao Paraguai. O Sr. João Karpinski era o dono deste primeiro hotel e também primeiro comerciante do Rio das Cobras.

Em 1947, começaram a se deslocar as famílias do norte do Rio do Grande do Sul, principalmente de origem italiana, para esta localidade. O primeiro a adquirir terras foi o Sr. Avelino Badotti.

Os novos povoados traziam, quase sempre, alguns recursos pecuniários para sua instalação, plantavam cereais, criavam suínos e gado. O cultivo era feito em pequenas áreas pela própria família.

A maior produção da década de 50, na região, foi o trigo que além da cultura de subsistência era o mais comercializado, cultura essa que atualmente está em último lugar na produção, devido a falta de estímulo do governo na década de 70, sendo que a região, devido ao clima, é própria para este cereal. Também na época era plantado milho, arroz e feijão como cultura de subsistência.

Os meios de transporte utilizados eram cavalos e carros de boi, a cultura era o artesanato.

A primeira indústria foi de propriedade do Sr. Avelino Badotti e Virgílio Macarini, construída em 1957 para o aproveitamento da araucária em madeiras de lei derrubadas para o plantio.

A falta de mão-de-obra para prestar trabalhos na indústria fez com que viessem para Nova Laranjeiras (Rio das Cobras) os primeiros operários.

Com a instalação da indústria e devido a distância dos maiores centros é que foi instalado o primeiro comércio tendo como proprietário o Sr. João Ribeiro de Camargo (João Milico).

Logo que se estabeleciam, os imigrantes eram empregados na construção de estradas em suas respectivas colônias.

Entre o período de 1955 e 1972 a energia consumida era gerada por motores a óleo diesel, além dos tradicionais candeeiros com gordura de porco dentro de um recipiente com um pavio e dos lampiões a querosene.

Na história de Nova Laranjeiras não se pode deixar de destacar a fundação da Copel, em 1973 inaugurou a primeira rede elétrica fazendo gerar motores da

indústria Ceú Azul Madeiras, dando assim um grande impulso no progresso e bem estar social da então Vila Nova Laranjeiras.

A partir daí, a Copel criou um programa de crescimento no sentido de levar energia, também, para o homem do campo evitando o exôdo rural da nossa população.

Em 13 de março de 1962, pela Lei nº4556 foi criado o Distrito de Nova Laranjeiras, sendo um Distrito Administrativo e Judiciário de Vila Nova Laranjeiras, conforme o artigo 5 da referida Lei fica criado no Município de Laranjeiras do Sul o nome e seguintes divisas: partindo do Rio União, segue por este até cair no Rio das Cobras, deste ponto por linha seca pela divisa da Campanha Agrícola Industrial do Iguaçu até cair no Rio Xagú e por este até a ponte do Rio Guarani da Estratégica, subindo pela estrada da Erveira, até alcançar a Serra dos Macacos, dividindo por linha seca pelo Divisor da Erveira até divisa do Cocho Grande, então ligando a Serra da União ao ponto de partida.

Na mesma data foi criado o Cartório, na Gestão do Prefeito Municipal Alcindo Natel de Camargo, sendo o primeiro Cartório Ely Antonio Nardello. A primeira pessoa registrada foi Floraídes Maria Provin, em 13 de agosto de 1962.

Desde o ano de 1964 o Distrito tinha seus representantes políticos na Câmara de Vereadores. O primeiro Vereador foi Virgílio Macarini que exerceu o cargo entre 1964 e 1968. O segundo Vereador foi Alfredo Badotti exercendo o cargo entre 1968 e 1972. O terceiro foi Taylor Antonio Cachoeira exercendo o cargo entre os anos 1972 e 1976. Na sequência vieram Nélvio Veronese, eleito pelo Partido Arena, sendo Presidente da Câmara de Vereadores e exercendo o cargo até 1982 e Adão Dutra Boeira que também atuou como Presidente da Câmara de Vereadores.

Entre os anos 1989 e 1992 foram vereadores do Distrito de Nova Laranjeiras Maria das Neves Rosa (PMDB), Nelci Veronese (PTB), Antonio Leonel Onetta (PFL), e pelo Distrito do Guarani da Estratégica José Lineu Gomes (PMDB), Argemiro Lorençatto (PMDB), nos anos anteriores foram vereadores pelos Distritos, Antonio Ribeiro de Oliveira, Arnaldo Gomes de Salles, Pedro Alves e Lorival Silva.

Em 16 de maio de 1990 pela Lei nº 9249 e alterada a redação do artigo 1 desta Lei nº 9478 fica criado o Município de Nova Laranjeiras com território desmembrado do Município Laranjeiras do Sul, com sede na localidade de Nova Laranjeiras e as seguintes divisas: inicia na Barra do Rio União com o Rio das Cobras, até a ponte do Rio Xagú onde passa a estrada da Fazenda Velha, numa

distância de aproximadamente 14.250m rumo de 72° 00 SE, confrontando a Barra do Tigre com o Arroio dos Macacos, subindo por este até encontrar outro arroioa esquerda que vai até a sua cabeceira. Seguindo por uma estrada secundária até a encruzilhada da estrada da Erveira indo rumo a Laranjeiras do Sul, até a cabeceira do Rio Lambedor, descendo por este até encontrar o Rio Barreiro, descendo este até o Rio Piquiri encontrando a Barra do Rio Cascudo confrontando com o Município de Palmital, subindo o Rio Cascudo até sua cabeceira, desde numa linha seca de aproximadamente 4.500m rumo N-S, até a cabeceira do Rio Guarani, descendoo Rio Guarani até a divisa do Município de Guaraniaçu e Espigão Alto, confrontações estas com o Município de Guaraniaçu, seguindo uma linha seca de 1.500m de distância, rumo 86° 30° SE até se encontrar a antiga estrada Ponta Grossa-Foz do Iguaçu, seguindo até o Rio União, descendo até o ponto de partida confrontando com o Município de Espigão Alto.

A instalação do Município foi realizada no dia 1º de janeiro de 1993. Daí em diante Nova Laranjeiras passou a apresentar um grande desenvolvimento diante da região, sua população acreditando no seu Município passou a investir na sua agroindustrialização, educação e agricultura.

Atendendo a demanda e solicitações, no ano de 1993 iniciou-se o atendimento a um pequeno número de crianças que se encontravam em vulnerabilidade, o qual funcionava em uma residência particular com o objetivo somente assistencial. Tinha somente uma professora e uma auxiliar de serviços gerais. No ano de 1994 a demanda de crianças aumentou, mas o atendimento continuou no mesmo local, porém somente oferecendo o cuidar. No ano seguinte a instituição mudou-se para um espaço mais adequado e apropriado, sendo chamado de creche. Em 1997 foi autorizado o funcionamento da Educação Infantil nas modalidades Berçário, Maternal, Jardim I, Jardim II e Jardim III como extensão da Escola Municipal Ely Antônio Nardello. Porém nesse mesmo ano, a cidade foi tomada por um forte tornado que destruiu a maior parte da sede do município e interior. Foi então que o governador na época, Jaime Lerner, percebendo a necessidade da comunidade e por intermédio da Secretaria da Criança e Assuntos da Família, liberou recursos para a construção do primeiro prédio o qual está situada a Avenida Brasil nº 1281, Bairro Progresso Nova Laranjeiras – Paraná. Passou a chamar-se Creche Municipal Ely Antônio Nardello por ser uma extensão da Escola já

mencionada, em homenagem ao primeiro cartorário de Nova Laranjeiras e o fundador da primeira biblioteca escolar no ano de 1968.

A Creche Municipal foi organizada quanto à estrutura física e tendo como mantenedora na época a Secretaria de Assistência Social. Por volta do ano de 2003 a então Creche passou a denominar-se Centro Municipal de Educação Infantil Padre Giuliano Sincini, em homenagem a um dos grandes párocos da cidade. Com o crescimento da demanda, foi necessária a ampliação do prédio.

Hoje o Centro é mantido pelo Governo Municipal de Nova Laranjeiras, recursos do Ministério da Educação MEC, através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e também da APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários), funcionando com os objetivos de cuidar e educar, atendendo a criança como ser humano integral de direitos em constante crescimento e desenvolvimento, interagindo com o meio social em que vive, com atendimento exclusivo de alunos de 0 a 6 anos.

LOCALIZAÇÃO



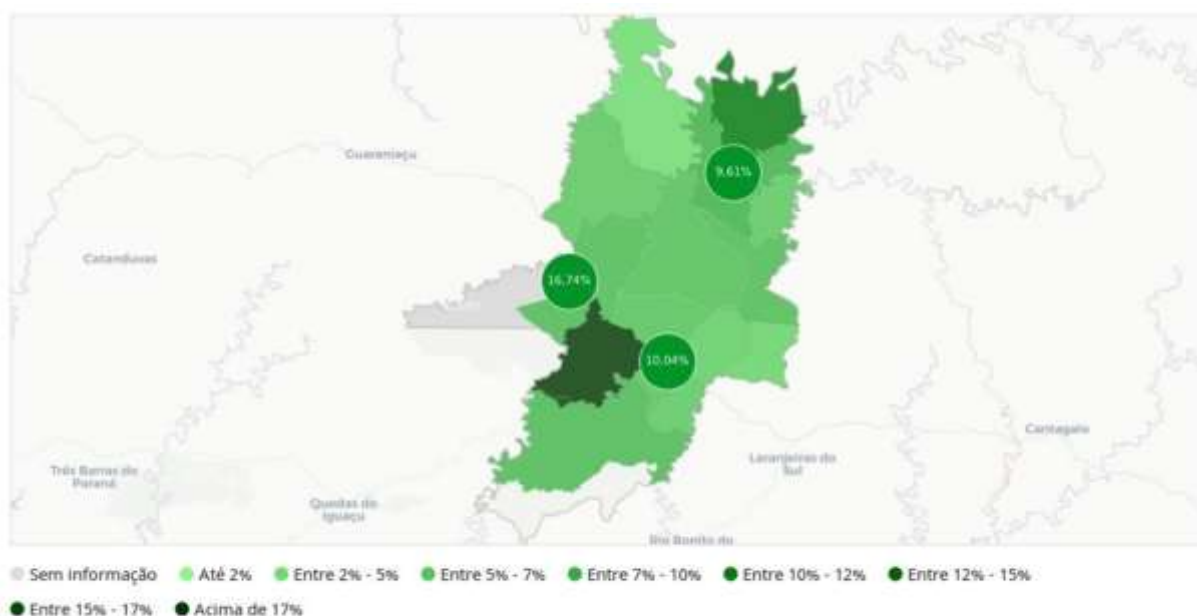
LIMITES DO MUNICÍPIO



3. DADOS IMPORTANTES

3.1 Percentual de População Primeira Infância - 0 a 6 anos

Permite visualizar a proporção de crianças pequenas no município – e o mapa ajuda a ver quais áreas têm maior concentração de crianças. Isso ajuda a entender onde medidas pró-primeira infância são mais urgentes, que tipo de políticas públicas devem ser direcionadas para quais locais. Fornece também um importante argumento para ações como a construção de parques em determinada área, redução da velocidade máxima dos carros etc.

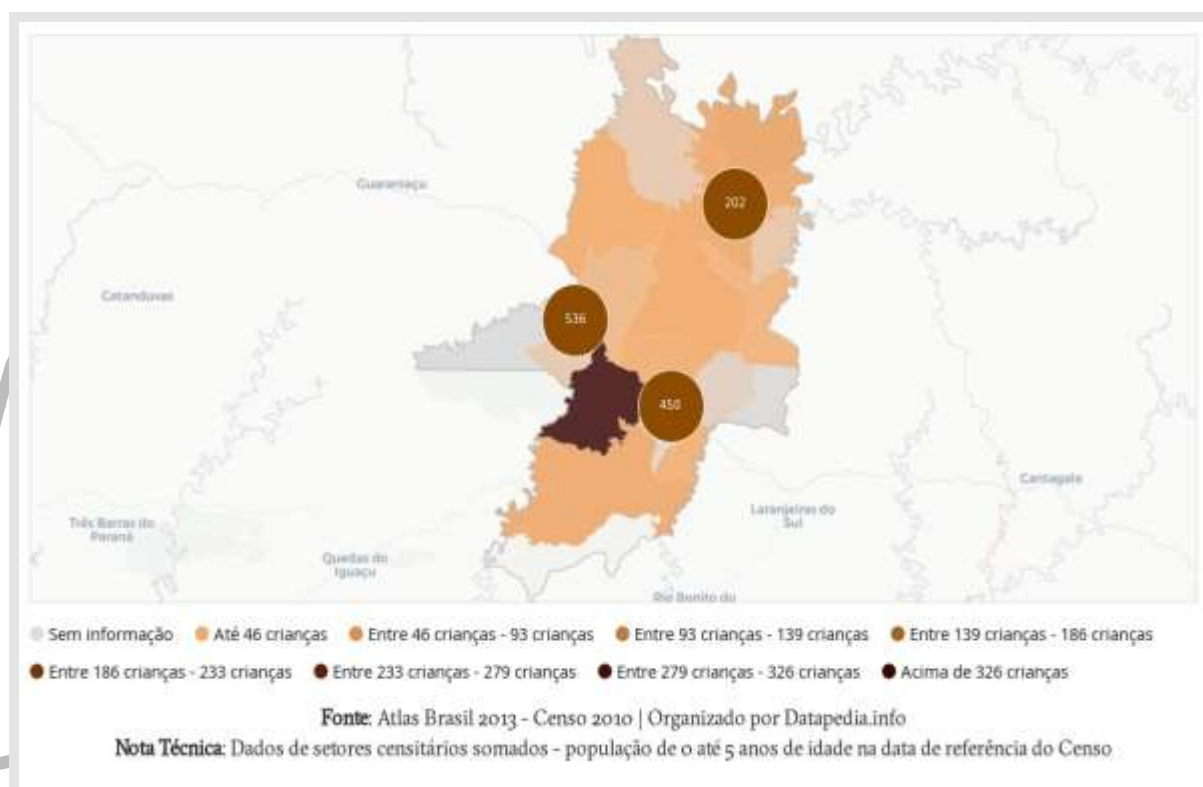


Fonte: Atlas Brasil 2013 - Censo 2010 | Organizado por Datapedia.info

Nota Técnica: Soma das faixas etárias dividido pela população total dos setores censitários

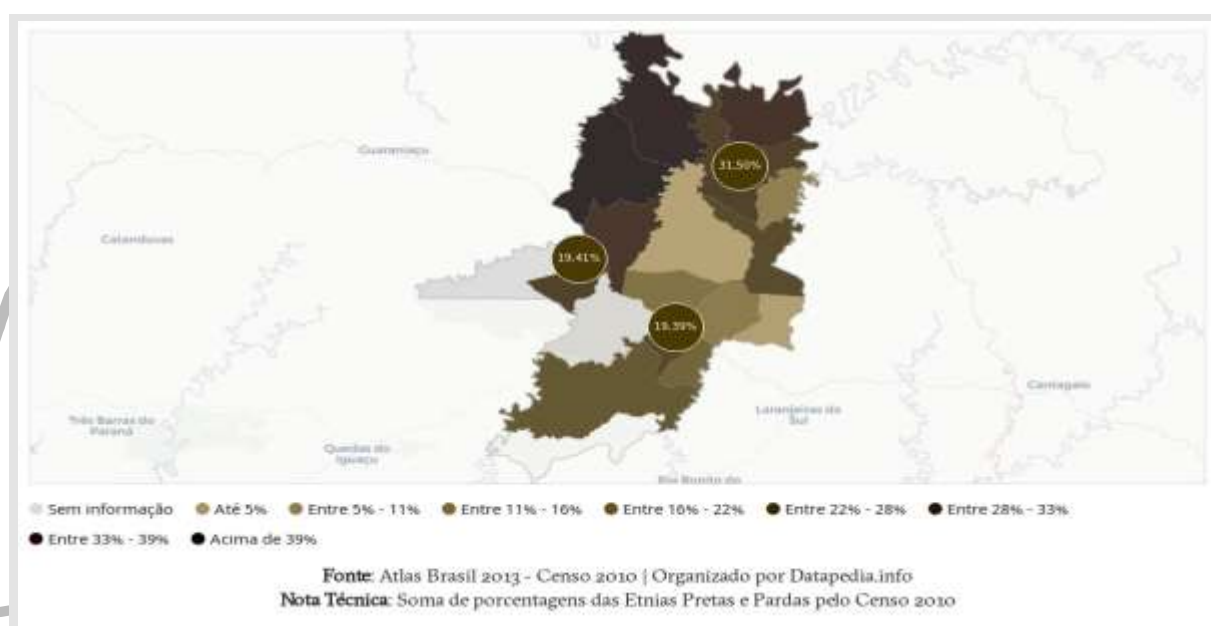
3.2 População Primeira Infância - 0 a 6 anos

Este indicador é a base para as ações em prol da primeira infância. Ele aponta a quantidade de crianças que o município precisa atender. Também complementa o indicador anterior, sobre a proporção. Às vezes uma área tem proporção menor de crianças, mas número absoluto bastante grande, pelo fato de ser mais densamente habitada. Por isso é importante ter uma ideia da quantidade de crianças pequenas que podem ser beneficiadas por ações em cada localidade. Os números vêm do Censo de 2010.

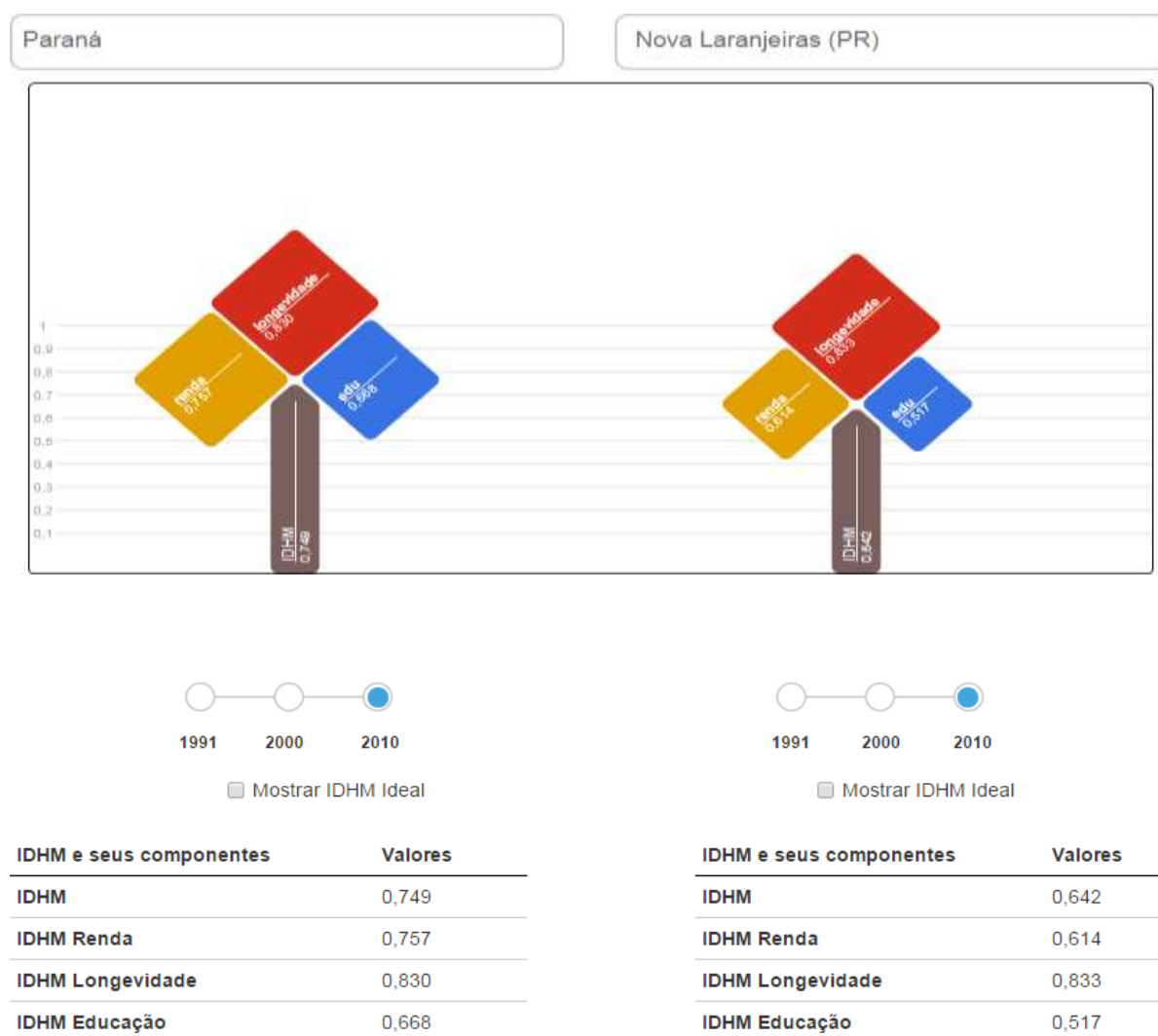


3.3 Porcentagem Do Total de Pessoas Residentes de Raça/Cor Preta e Parda

Aqui se pode ter uma noção de como está a miscigenação ou segregação étnica no município. Como historicamente as etnias preta e parda abrigam uma porcentagem bem maior de famílias vulneráveis, o mapa fornece também uma visualização das áreas mais necessitadas de ações em prol da primeira infância.



3.4 Árvore do IDHM



O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Nova Laranjeiras é 0,642, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,833, seguida de Renda, com índice de 0,614, e de Educação, com índice de 0,517.

3.5 Instituições de Ensino

Nome	Dependência Administrativa	Nível de ensino
Centro Municipal de Educação Infantil PadreGiuliano Sincini	Municipal	E.I
Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Leonildo Galvão	Municipal	E.I.
Escola Municipal Ely Antônio Nardello	Municipal	E.I.E.F 1º ao 5º
Escola Municipal Osvaldino Alves da Silva	Municipal	E.I. e E.F. 1º ao 5º
Escola Municipal do Campo Pedro ViriatoParigot de Souza	Municipal	E.I. e E.F. 1º ao 5º
Escola Municipal do Campo Dom Manoel Koenner	Municipal	E.I. e E.F. 1º ao 5º
Escola Municipal do Campo Érico Verissimo	Municipal	E.I. e E.F. 1º ao 5º
Escola Municipal do Campo Arnaldo Gomes de Salles	Municipal	E.I. e E.F. 1º ao 5º
Colégio Estadual Guarani da Estratégica	Estadual	E.F. 6º ao 9º e E.M.
Colégio Estadual do Campo Rio da Prata	Estadual	E.F. 6º ao 9º e E.M.
Colégio Estadual Rui Barbosa	Estadual	E.F. 6º ao 9º e E.M.
Colégio Estadual Rio das Cobras	Estadual Indígena	E.F. 6º ao 9º e E.M.
Escola Estadual do Campo de Guaraí	Estadual	E.F. 6º ao 9º
Colégio Estadual Indígena Professor Cândoca T. Fidêncio	Estadual Indígena	E.I. E.F e E.M.
Colégio Estadual Indígena Carlos AlbertoCabreira Machado	Estadual Indígena	E.I. E.F e E.M.
Colégio Estadual Indígena Fég – PragFernandes	Estadual Indígena	E.I. E.F e E.M.
Escola Estadual Indígena José Ner – Nor Bonifácio	Estadual Indígena	E.I e E.F. Anos Iniciais.
Escola Estadual Indígena Coronel Nestor daSilva	Estadual Indígena	E.I e E.F. Anos Iniciais.
APAE		

O município de Nova Laranjeiras possui 19 estabelecimentos de ensino, sendo dois Centros Municipais de Educação Infantil, 06 escolas municipais, 10

escolas Estaduais e 01 APAE. É importante destacar que nos Centros municipais de educação infantil são atendidas crianças de 0 a 6 anos, já nas escolas municipais e estaduais com autorização de funcionamento para educação infantil atendem apenas nos Prés I e II de 04 e 05 anos.

Os Centros oferecem regime de tempo integral para as crianças entre zero e cinco anos, que são na sua grande maioria, filhos de pais que trabalham fora o dia todo. Para a pré-escola é oferecido tempo parcial. A população oscila entre pais de renda baixa a média.

As Instituições de ensino que ofertam a Educação Infantil e Pré- Escola vem sendo adaptadas em relação a estrutura física, visando melhor atender o público infantil, de modo que contemple o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos: cognitivo, afetivo e motor, dispondo de jogos pedagógicos e materiais didáticos diversificados, adequados a faixa etária, estimulando assim o potencial da criança no processo de ensino aprendizagem.

4. DIAGNÓSTICO – PRIMEIRA INFÂNCIA

Para a adequada implementação de políticas públicas para a Primeira Infância, é necessário compreender o cenário do município, lançando um olhar para suas crianças, de modo a enxergar bem além do que parece óbvio. Essa análise mais profunda permitirá entender as necessidades reais da população, em especial, das crianças até 6 anos.

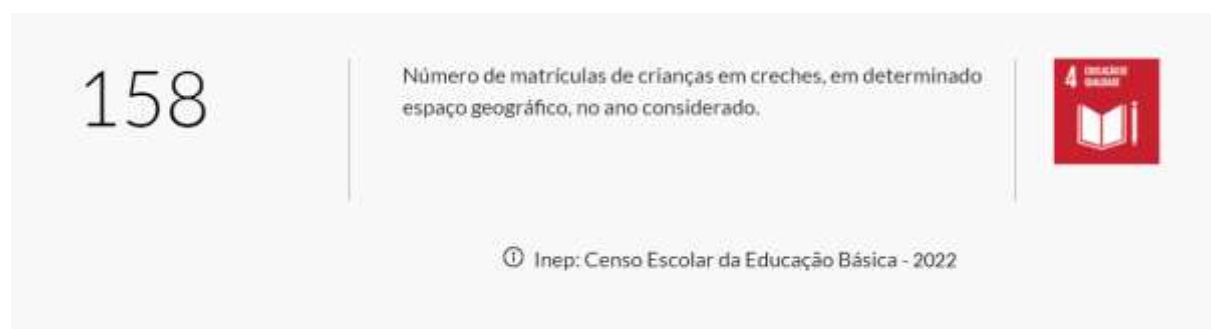
A análise de dados a seguir oferece uma radiologia da realidade, que vai além de nossas impressões pessoais ou de experiências vividas com casos específicos.

POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E SEXO:

FAIXA ETÁRIA (anos)	MASCULINO	FEMININA	TOTAL
Menores de 1 ano	122	98	220
1	82	105	187
2	104	109	213
3	111	86	197
4	107	92	199
5	85	100	185
6	104	96	200
TOTAL	715	686	1401

4.1 EDUCAÇÃO

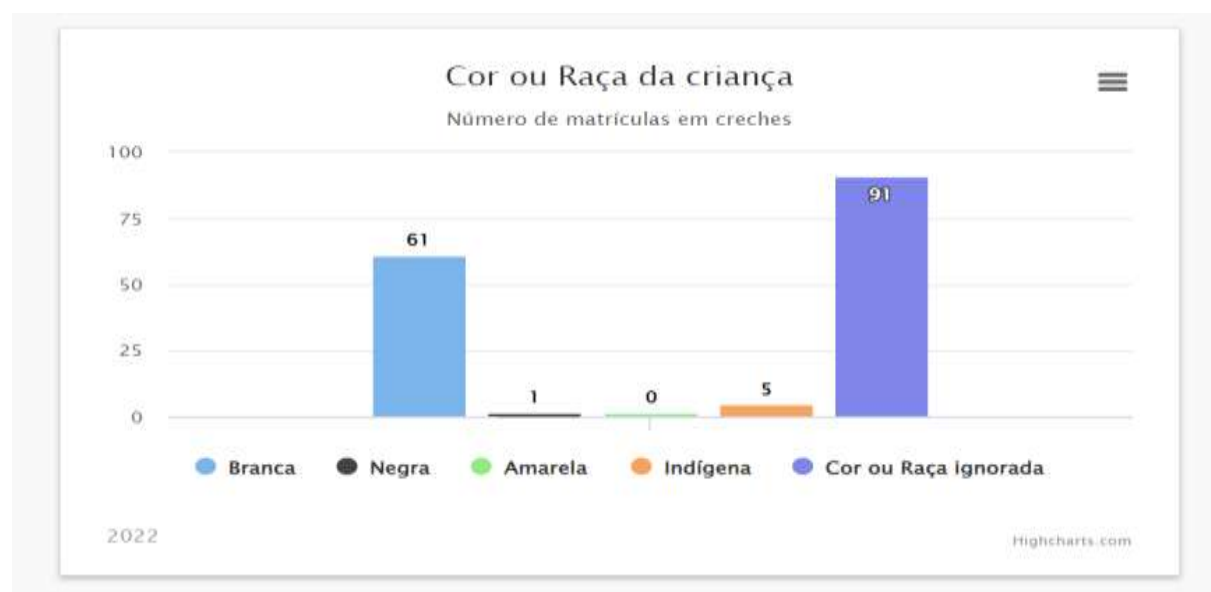
4.1.1 Número de matrículas em creches:



4.1.2 Sexo da criança



4.1.3 Cor ou Raça da criança



4.1.4 Localização da creche ou pré-escola



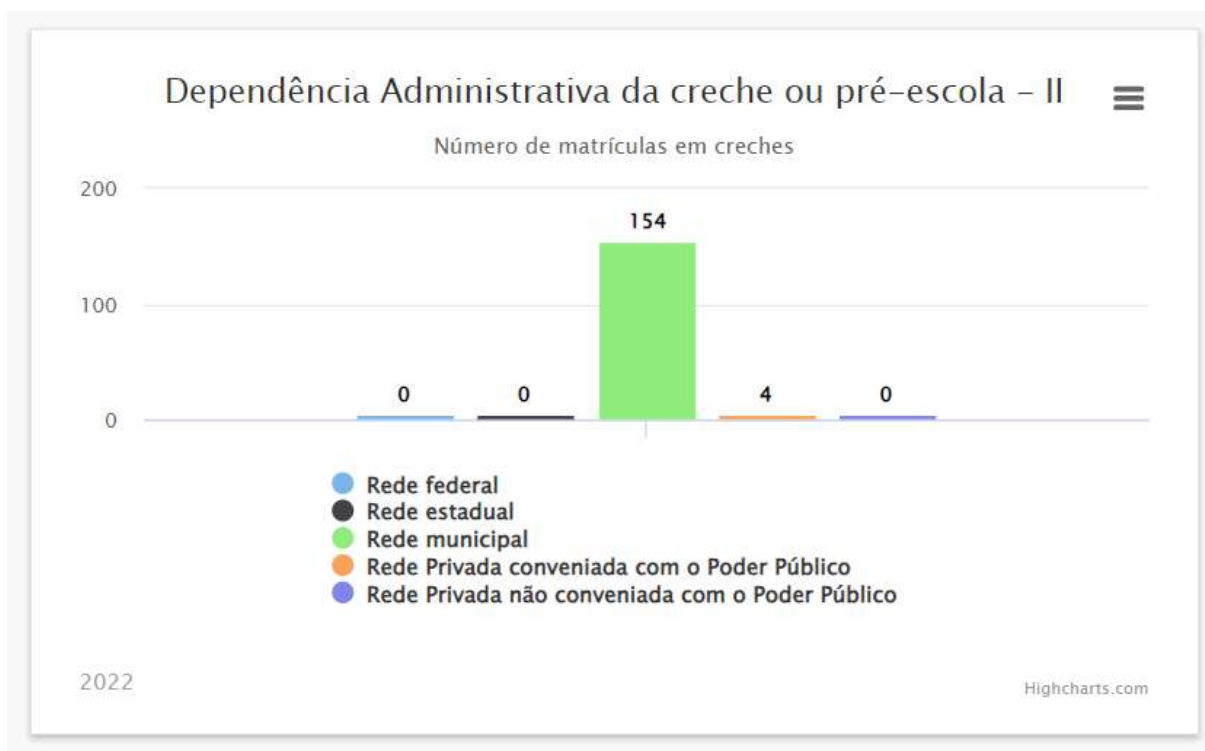
4.1.5 Criança com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação



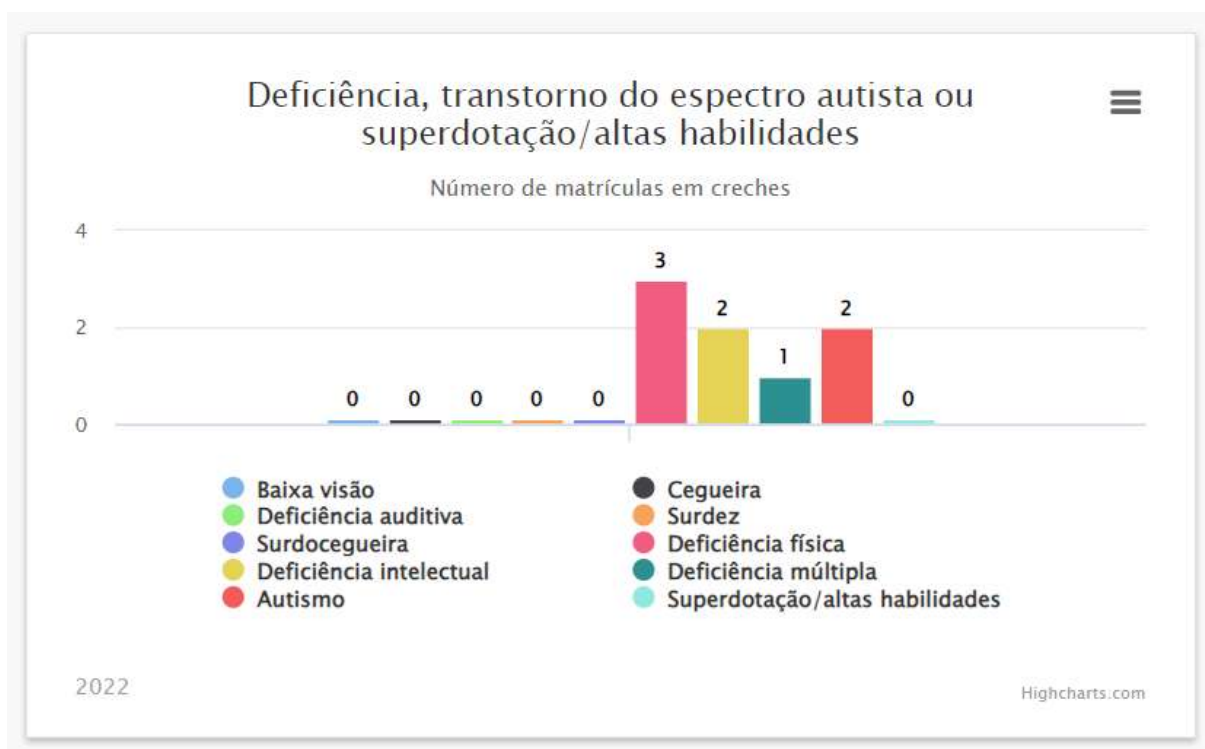
4.1.6 Dependência Administrativa da creche ou pré-escola - I



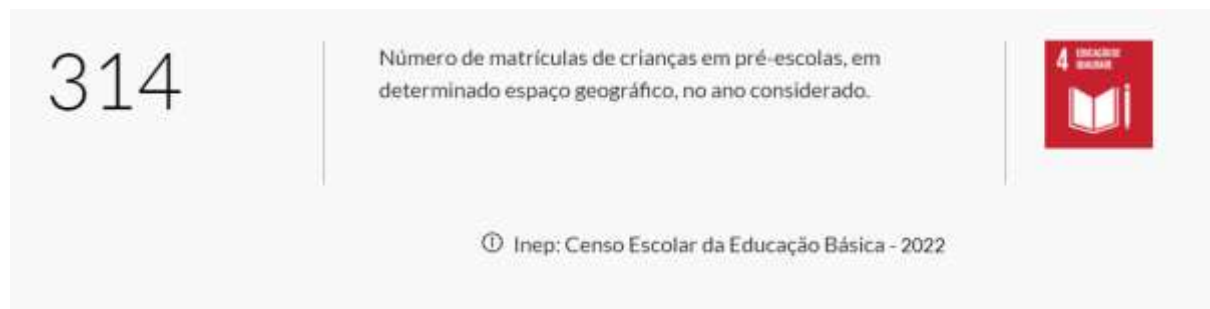
4.1.7 Dependência Administrativa da creche ou pré-escola - II



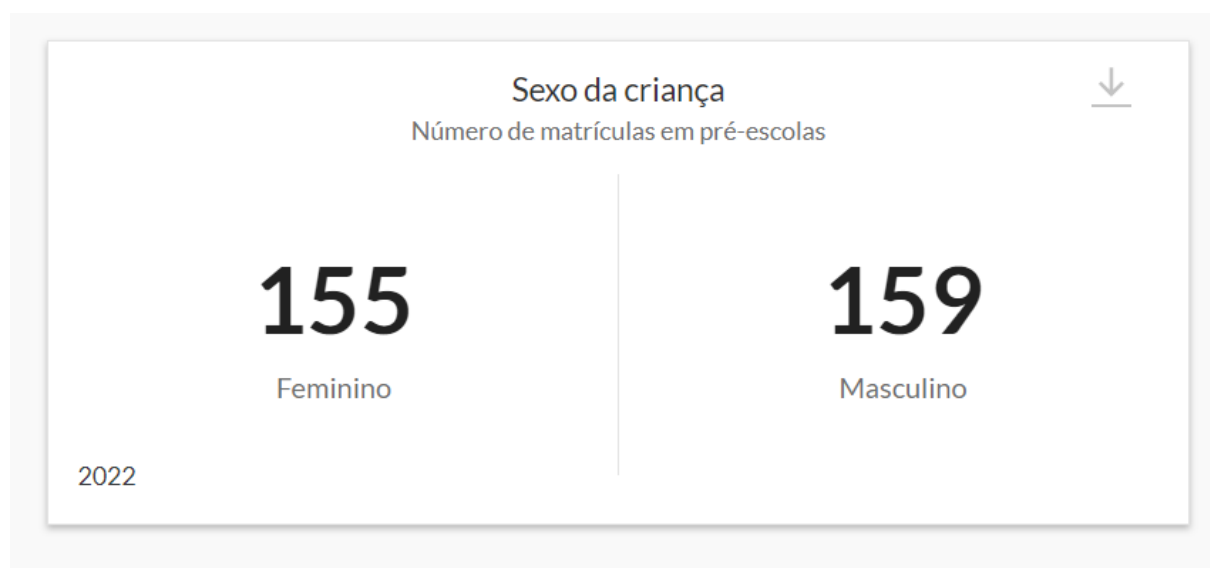
4.1.8 Deficiência, transtorno do espectro autista ou superdotação/altas habilidades



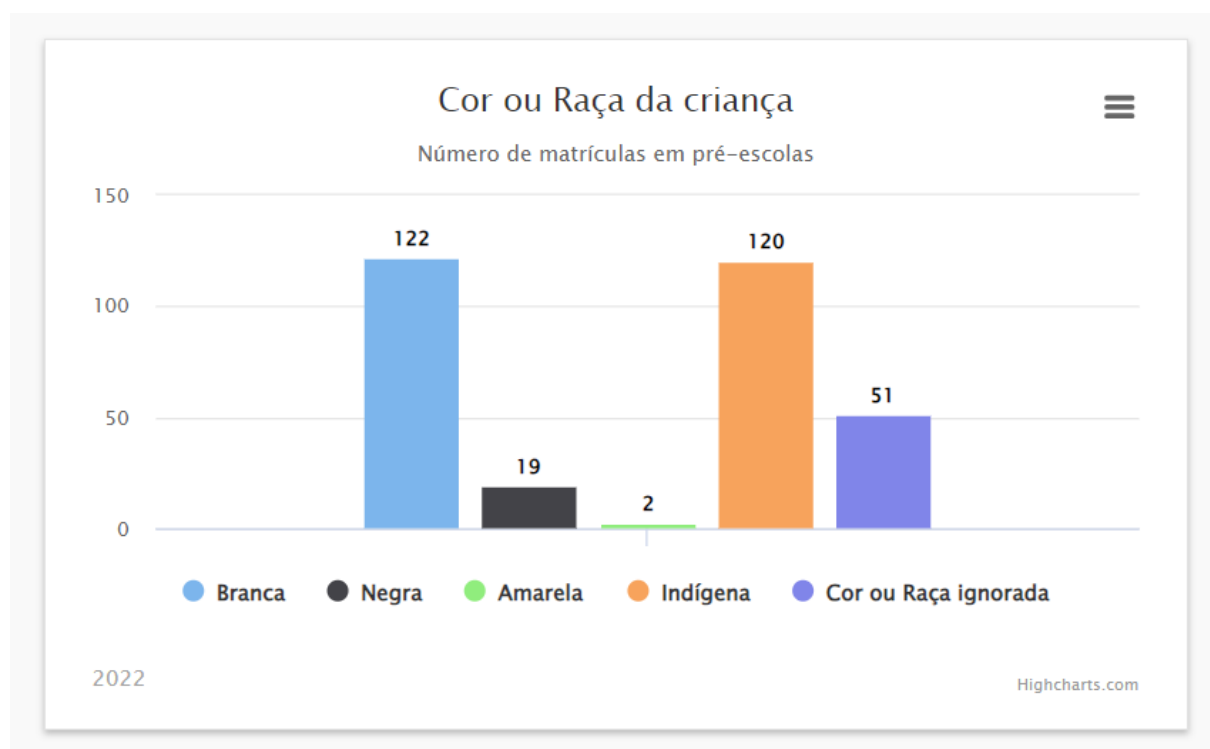
4.2 Número de matrículas em pré-escolas:



4.2.1 Sexo da criança



4.2.3 Cor ou Raça da criança



4.2.4 Localização da creche ou pré-escola



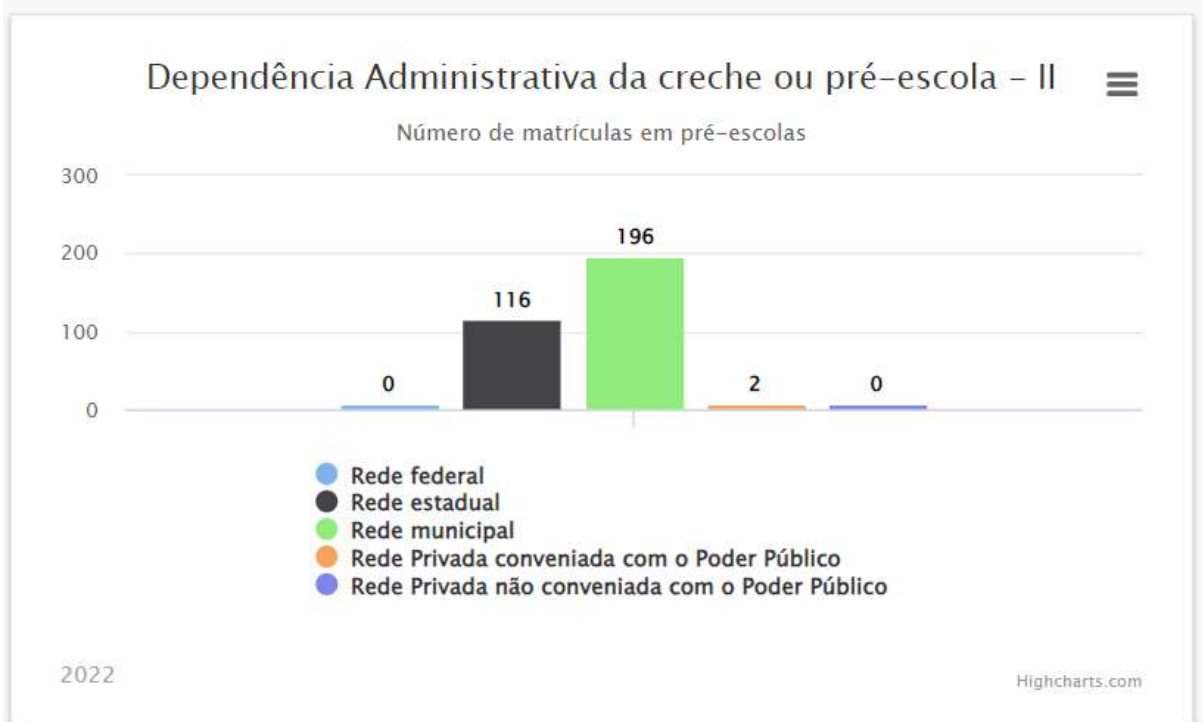
4.2.5 Criança com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação



4.2.6 Dependência Administrativa da creche ou pré-escola - I



4.2.7 Dependência Administrativa da creche ou pré-escola - II



4.2.8 Deficiência, transtorno do espectro autista ou superdotação/altas habilidades



4.3 Proporção de matrículas em tempo integral em creches

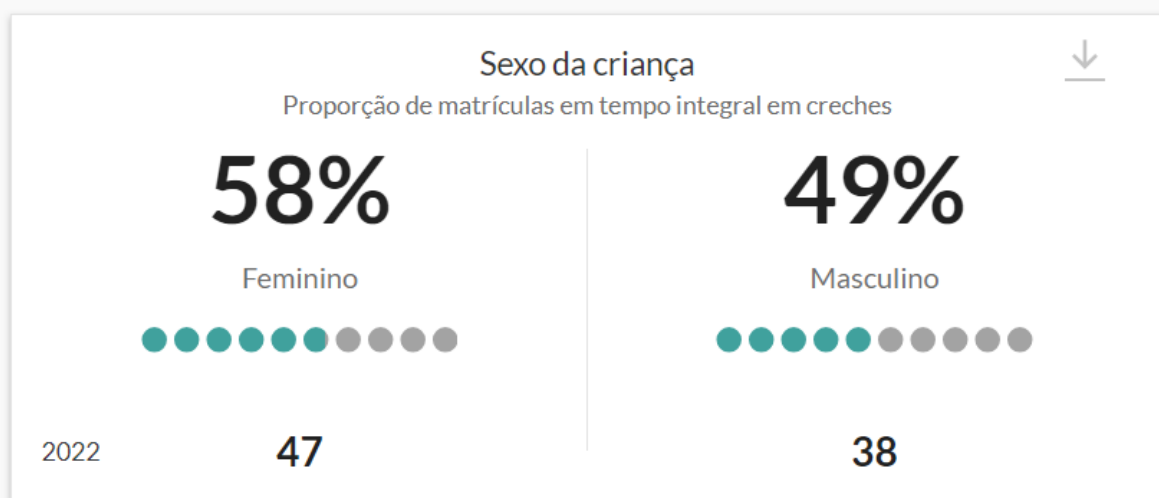
53,8%

Percentual de matrículas de crianças em tempo integral (pelo menos 7 horas diárias) em creches em relação ao total de matrículas na mesma etapa de ensino, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

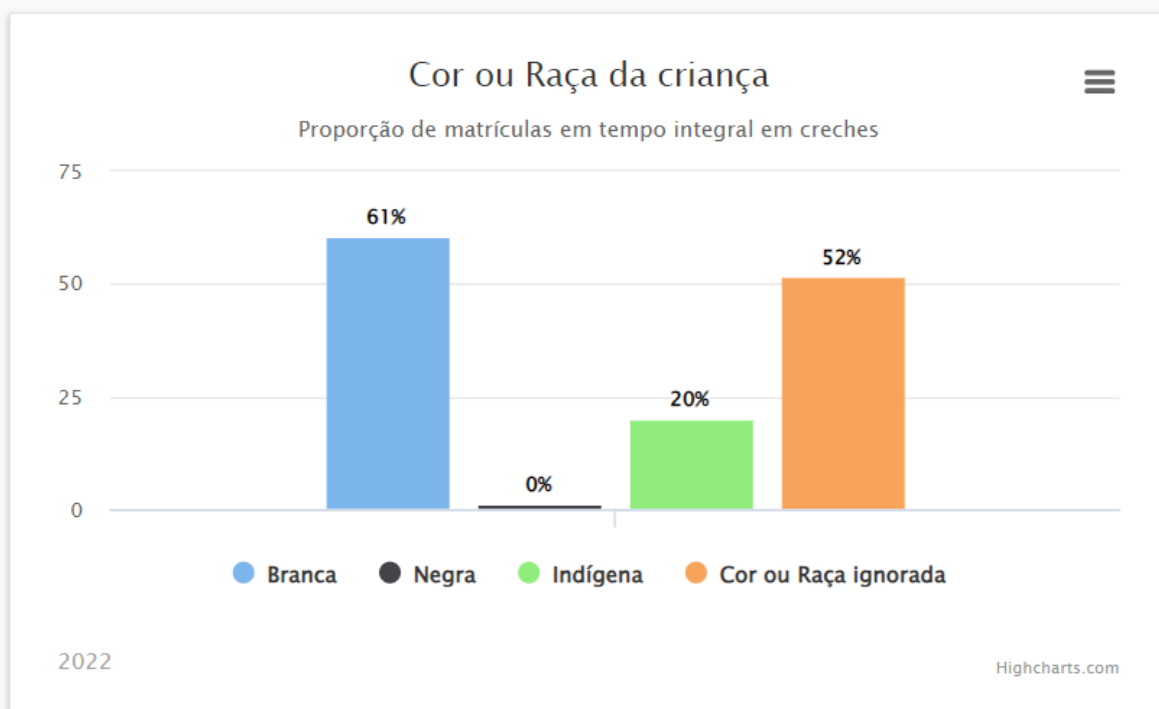


① Inep: Censo Escolar da Educação Básica - 2022

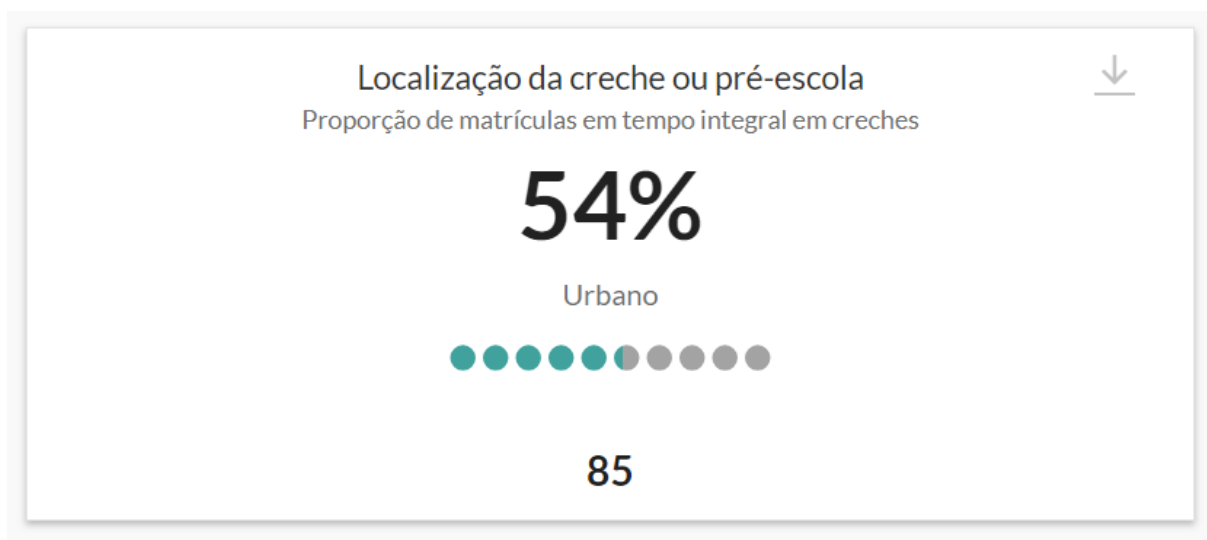
4.3.1 Sexo da criança



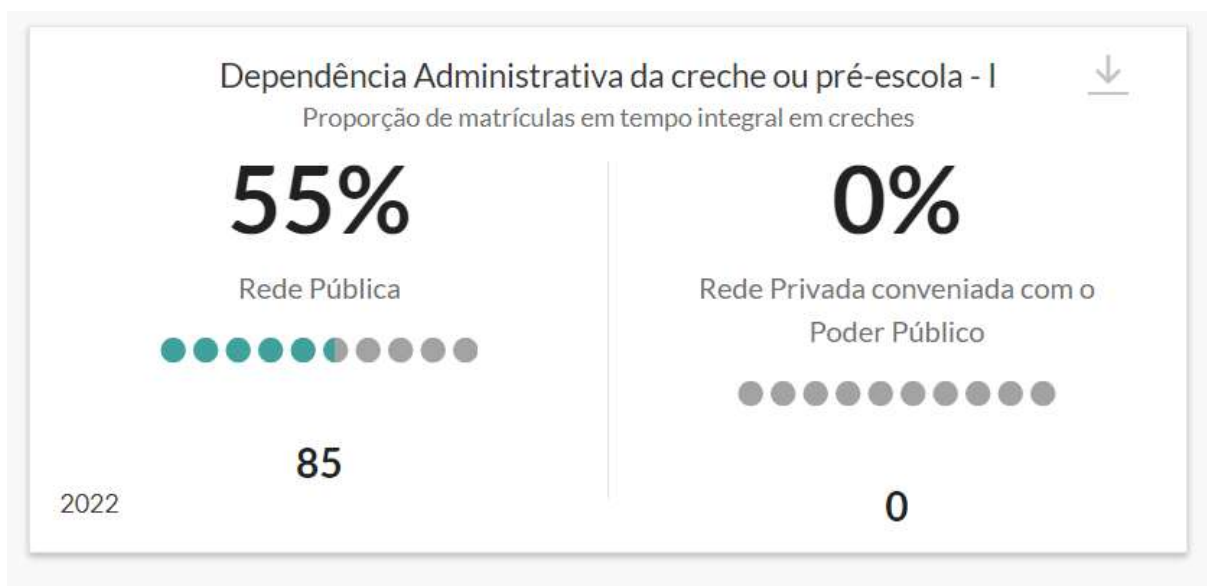
4.3.2 Cor ou Raça da criança



4.3.3 Localização da creche ou pré-escola



4.3.4 Dependência Administrativa da creche ou pré-escola - I



4.3.5 Dependência Administrativa da creche ou pré-escola - II



4.4 Proporção de matrículas em tempo integral em pré-escolas

12,7%

Percentual de matrículas de crianças em tempo integral (pelo menos 7 horas diárias) em pré-escolas em relação ao total de matrículas na mesma etapa de ensino, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.



① Inep: Censo Escolar da Educação Básica - 2022

4.4.1 Proporção de matrículas de crianças com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação em classes comuns em creches

33,3%

Percentual de matrículas de crianças com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação em classes comuns de creches em relação ao total de matrículas de crianças com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação na mesma etapa de ensino, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.



① Inep: Censo Escolar da Educação Básica - 2022

4.4.2 Proporção de matrículas em creches com saneamento básico

77,2%

Percentual de matrículas de crianças em creches com saneamento básico (com água encanada, esgotamento sanitário e coleta de lixo) em relação ao total de matrículas de crianças na mesma etapa de ensino, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.



① Inep: Censo Escolar da Educação Básica - 2022

4.4.3 Adequação da formação docente em creches

54,2%

Classificação dos/das docentes em cinco categorias, segundo a adequação de sua formação inicial para sua atuação em creches, a partir dos marcos normativos nacionais, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.



① Inep: Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed) - 2022

4.4.4 Adequação da formação docente em pré-escolas

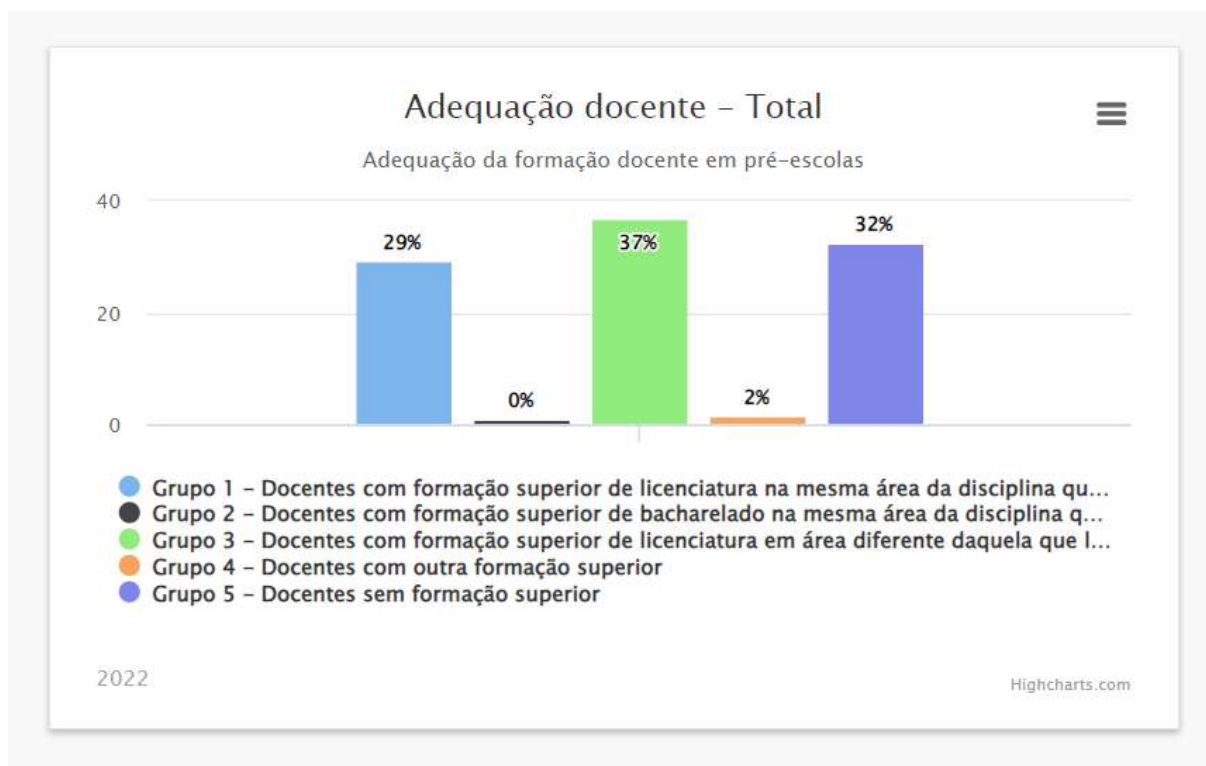
29,4%

Classificação dos/das docentes em cinco categorias, segundo a adequação de sua formação inicial para sua atuação em pré-escolas, a partir dos marcos normativos nacionais, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.



① Inep: Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed) - 2022

4.4.5 Adequação docente - Total



4.5 Dados gerais da educação infantil

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, compreendendo a creche (crianças de zero a três anos) e a pré-escola, etapa obrigatória (crianças de quatro e cinco anos). Nova Laranjeiras/PR possui 158 matrículas em creches, sendo 154 delas em unidades públicas. As matrículas em pré-escola totalizam 314, sendo 312 delas em estabelecimentos públicos.

A ampliação da jornada em centros de educação infantil se constitui como uma política educativa, sendo consideradas jornadas em tempo integral aquelas com pelo menos sete horas diárias de atividades. Do total de matrículas em Nova Laranjeiras/PR, aquelas em tempo integral representam 53,8% das realizadas em creches e 12,7% das realizadas em pré-escolas. Cabe notar também que:

55,2% das matrículas em creches públicas são em tempo integral; e 12,8% das matrículas em pré-escolas públicas são em tempo integral.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 estabelece na sua quarta meta a universalização do atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino. Em Nova Laranjeiras/PR, a proporção

de matrículas dessas crianças em classes comuns é de 33,3% no que se refere às creches e de 33,3% na etapa da pré-escola.

4.6 Estrutura da educação infantil

Os centros de educação infantil, além de contar com condições de infraestrutura básica, devem ser espaços dinâmicos, brincáveis e acessíveis. Em Nova Laranjeiras/PR, a proporção de matrículas em centros de educação infantil com área externa, parque infantil ou brinquedos para educação infantil é de 100% nas creches e de 100% nas pré-escolas. Por sua vez, 0% das matrículas em creches e 19,4% das matrículas em pré-escola acontecem em centros de educação infantil sem recurso de acessibilidade.

O saneamento básico, outra infraestrutura importante, apresenta os seguintes números em Nova Laranjeiras/PR:

As matrículas em centros de educação infantil com saneamento básico respondem por 77,2% das matrículas em creches da zona urbana e não existe em creches na zona rural;

Já as matrículas em pré-escolas com saneamento básico correspondem, por sua vez, a 65,1% das matrículas em pré-escolas da zona urbana e a 37,2% daquelas em pré-escolas da zona rural.

Outro aspecto relevante é a regulamentação dos estabelecimentos no conselho ou órgão de educação, que alcança 100% entre as creches públicas e não se aplica entre as privadas não conveniadas com o poder público. O índice é de 100% para as pré-escolas públicas e não se aplica para as privadas não conveniadas.

4.7 Docentes da educação infantil

Com base em diretrizes presentes em dispositivos legais e normativos é possível hoje classificar os docentes em exercício considerando sua formação acadêmica. No caso de Nova Laranjeiras/PR, temos o seguinte cenário:

54,2% dos docentes das creches e 29,4% daqueles da pré-escola estão no chamado Grupo 1, contando com formação superior de licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou bacharelado na mesma disciplina juntamente com curso de complementação pedagógica concluído; e

4,2% dos docentes das creches e 32,3% daqueles da pré-escola estão no chamado Grupo 5, não possuindo curso superior completo.

Já a taxa de docentes das creches com formação continuada específica para atuação na educação infantil é de 15 para as unidades da rede pública e de N/A para as da rede privada não conveniada. Nas pré-escolas, a taxa é de 2,4 para os docentes da rede pública e de N/A para aqueles da rede privada não conveniada.

5. SAÚDE

5.1 Estrutura do sistema de saúde

O sistema de saúde possui indicadores que ajudam a estimar a parcela da população coberta pela atenção primária. Este primeiro nível de atenção em saúde inclui a oferta de serviços de prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação. Os indicadores são utilizados no monitoramento do acesso a esses serviços e apresentam os seguintes resultados em Nova Laranjeiras/PR:

100% de cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de Saúde Bucal.

100% de cobertura populacional estimada na Atenção Primária.

5.2 Cobertura vacinal

A vacinação é a forma mais eficaz de proteger crianças de doenças graves e pode ser considerada uma das maiores realizações da saúde pública. O acompanhamento e verificação da situação vacinal da população é essencial para a definição de estratégias de vacinação e para avaliação operacional e de impacto dos programas de imunização. Em Nova Laranjeiras/PR, a cobertura vacinal para primeira infância apresenta as seguintes características:

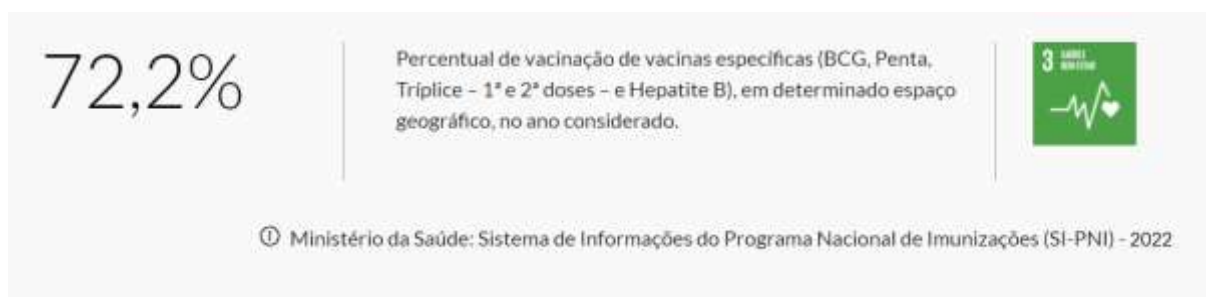
79,1% para BCG;

59,9% para Penta;

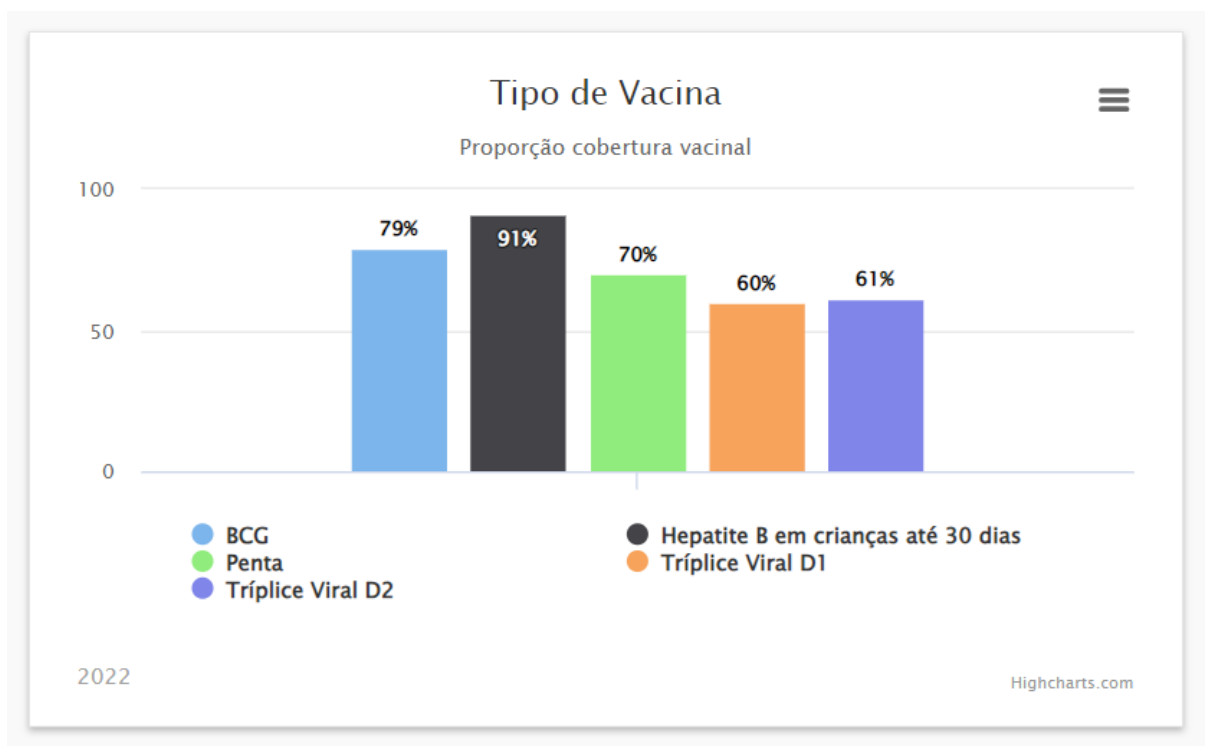
61% para a primeira dose da Tríplice; e

91% para Hepatite B em crianças de até 30 dias.

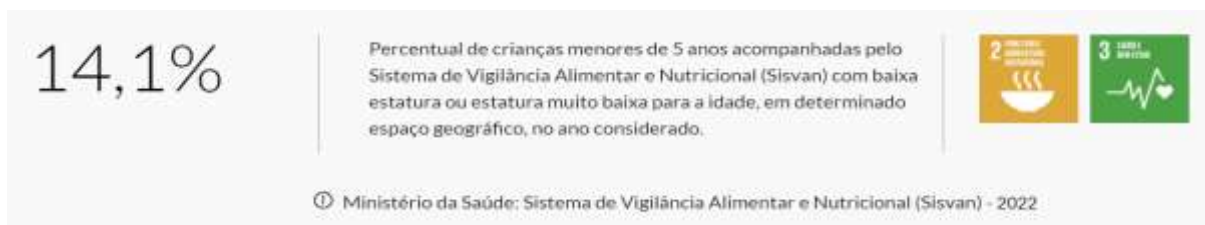
5.2.1 Proporção cobertura vacinal



5.2.2 Tipo de Vacina



5.3 Prevalência de déficit de altura em menores de 5 anos



5.4 Nutrição na primeira infância

A alimentação saudável é um direito de toda criança. É dever do Estado garantir a implementação de políticas que confirmam prioridade a esse direito, a fim de reduzir os níveis de desnutrição e de obesidade infantil, de viabilizar a oferta de alimentos a populações em situação de maior vulnerabilidade e de promover hábitos adequados de consumo alimentar.

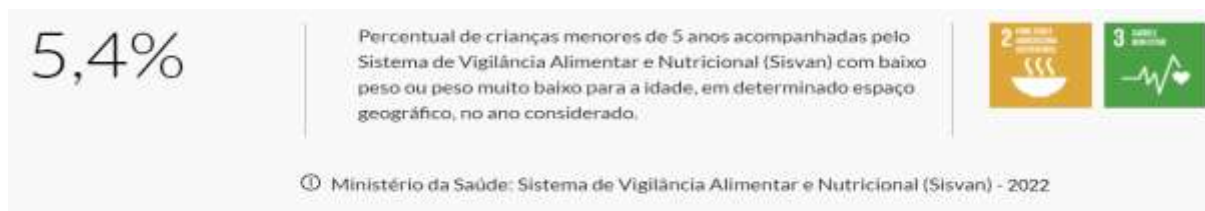
Informações do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – Sisvan têm apoiado a realização de diagnósticos relativos à situação nutricional da população acolhida pela atenção primária em saúde. De acordo com dados do sistema, observa-se que em Nova Laranjeiras/PR:

108 crianças com menos de cinco anos apresentaram altura menor do que a esperada para a idade, o que corresponde a 14,1% das crianças desta faixa etária acompanhadas pelo Sisvan;

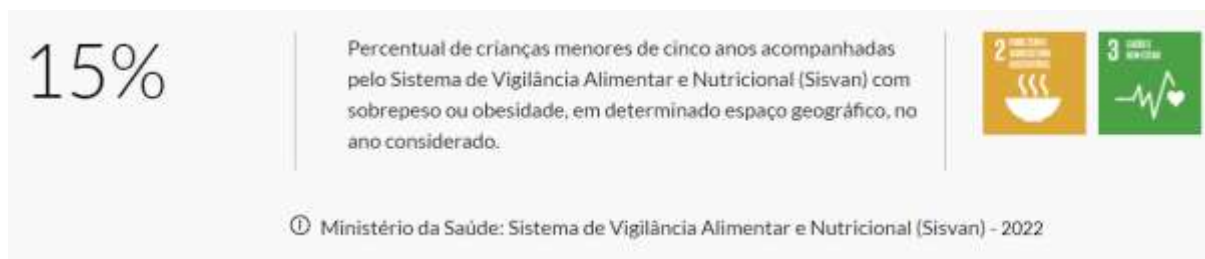
41 crianças com menos de cinco anos apresentaram peso menor do que o esperado para a idade, o que corresponde a 5,4% das crianças desta faixa etária acompanhadas pelo Sisvan;

115 crianças com menos de cinco anos apresentaram peso maior do que o esperado para a idade, o que corresponde a 15% das crianças desta faixa etária acompanhadas pelo Sisvan.

5.4.1 Prevalência de déficit de peso em menores de 5 anos



5.4.2 Prevalência de excesso de peso em crianças menores de 5 anos



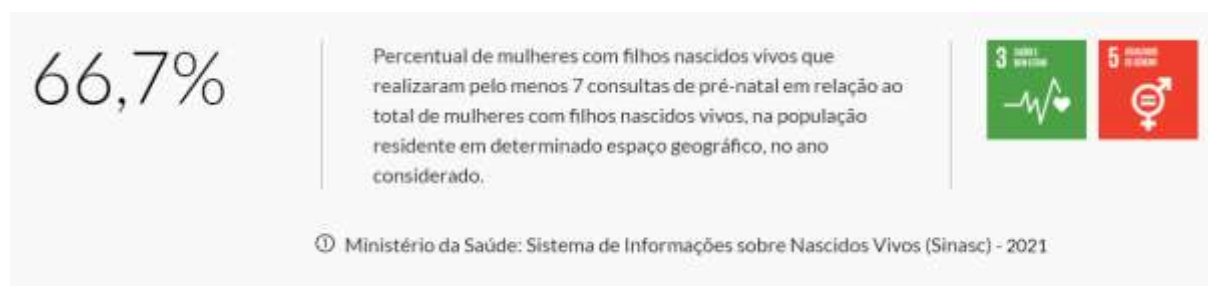
5.5 Pré-natal e assistência ao parto

O pré-natal possui papel fundamental na prevenção ou detecção precoce de doenças maternas e fetais, além de ser o primeiro passo para um parto e nascimento humanizados. Por meio das consultas pré-natais, que devem ser iniciadas nos primeiros três meses de gestação, são compartilhadas as orientações necessárias ao acompanhamento da gestação, reduzindo os riscos para a gestante e permitindo um desenvolvimento saudável do bebê.

Em Nova Laranjeiras/PR, a proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram pelo menos sete consultas pré-natal, ultrapassando o mínimo de seis consultas estabelecido pelo Ministério da Saúde, é de 66,7%.

O parto vaginal oferece menos riscos de infecção, hemorragia e prematuridade do bebê, e por isso deve ser a primeira opção para o nascimento. Em Nova Laranjeiras/PR, os partos vaginais corresponderam a 42,4% do total de partos realizados.

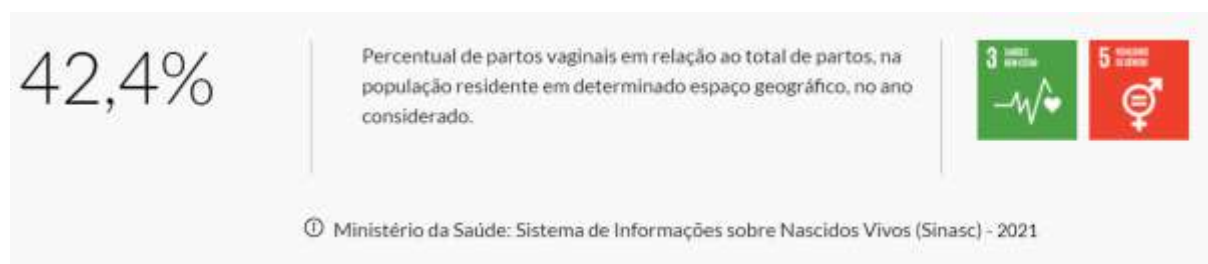
5.5.1 Proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram pelo menos sete consultas pré-natal



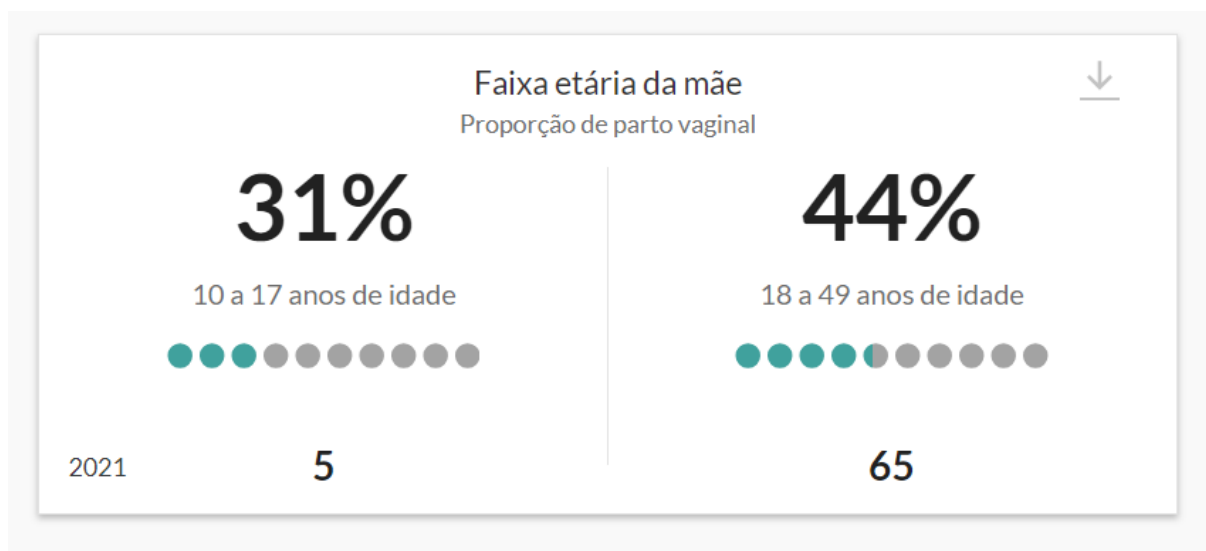
5.5.2 Faixa etária da mãe



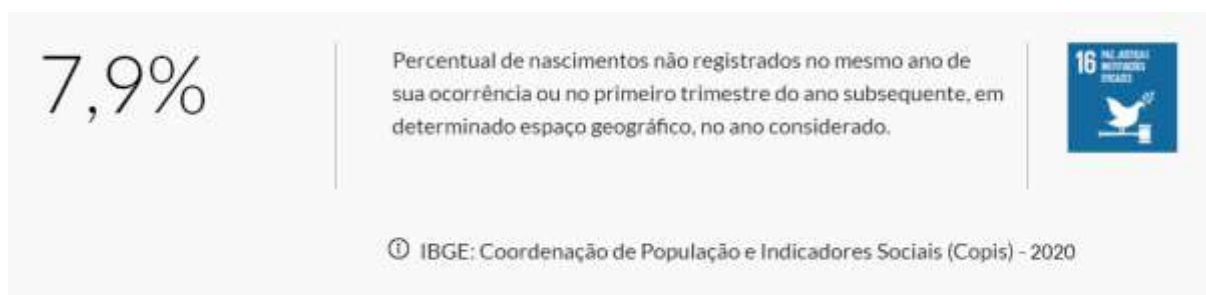
5.5.3 Proporção de parto vaginal



5.5.4 Faixa etária da mãe



5.5.5 Estimativa de sub-registro de nascimento

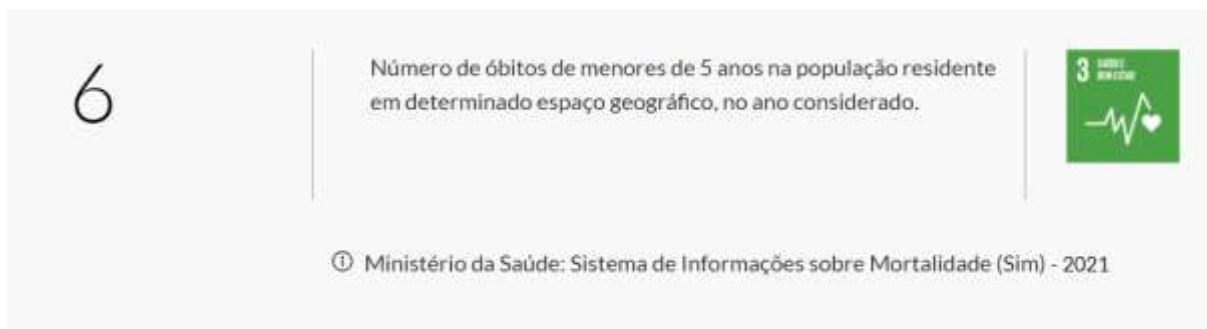


5.6 Mortalidade materna e na infância

Características socioeconômicas e de infraestrutura socioambiental estão entre os aspectos que impactam as condições de sobrevivência das crianças em uma determinada localidade ou região. O investimento adequado em políticas públicas de saúde, desde o pré-natal, é um elemento fundamental para a redução dos óbitos na infância, que em Nova Laranjeiras/PR somaram 6 casos em 2021.

Também é fundamental analisar os dados referentes à mortalidade materna, aquela causada por qualquer fator associado à gravidez (ou por ela agravado) ou por medidas tomadas com relação a ela. Este indicador reflete a qualidade da assistência à saúde da mulher, especialmente durante a gravidez ou parto. Em Nova Laranjeiras/PR, 0 mulheres gestantes ou puerperais vieram a óbito por causas e condições consideradas de morte materna em 2021.

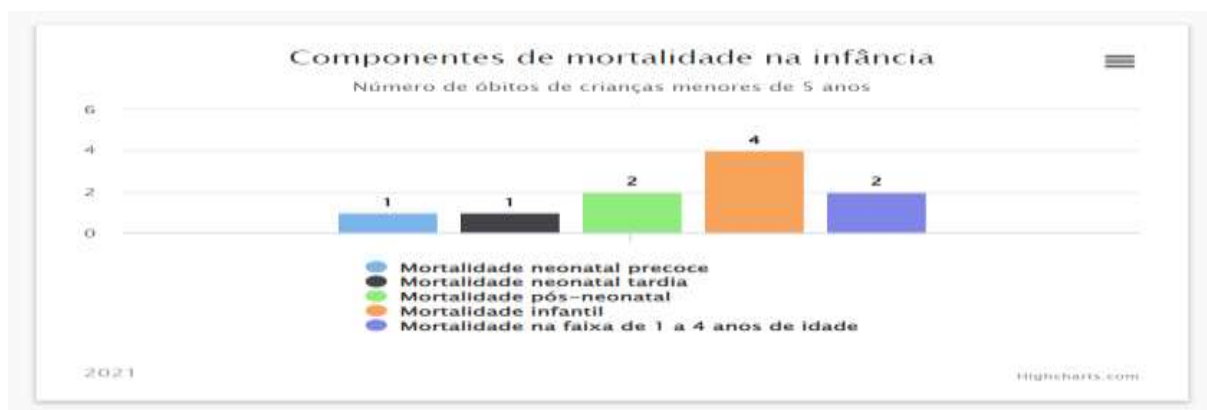
5.6.1 Número de óbitos de crianças menores de 5 anos



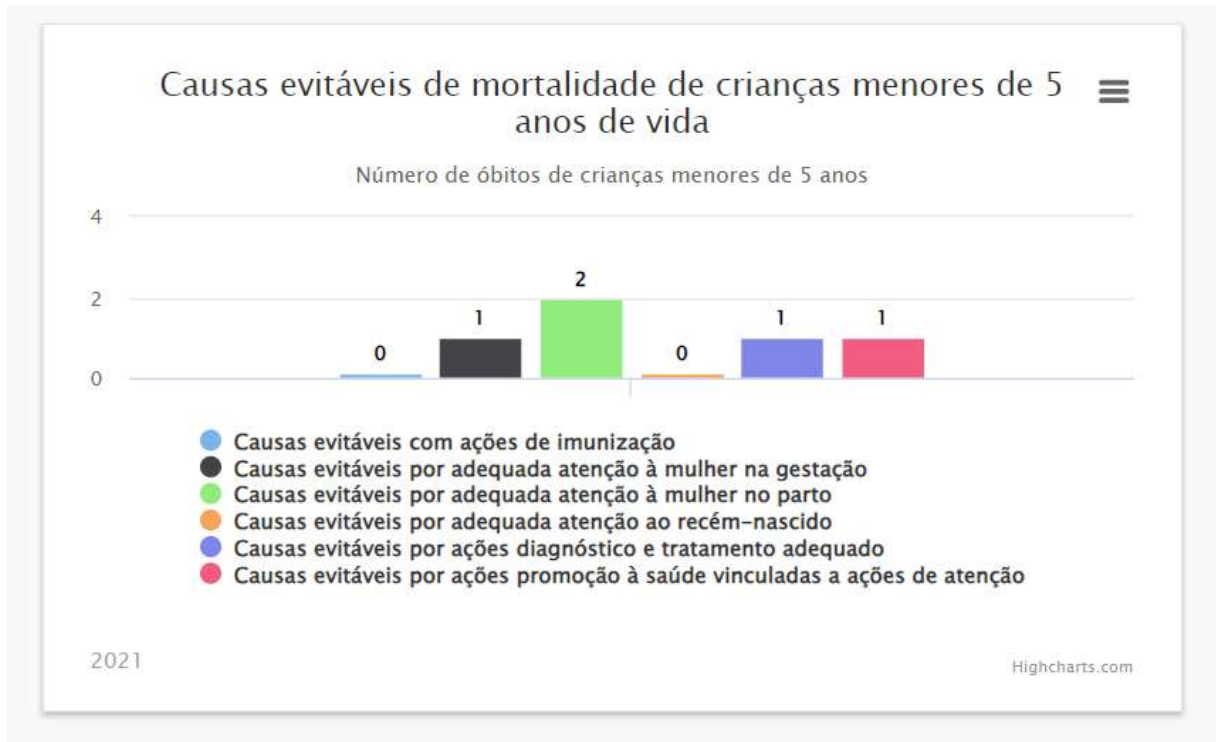
5.6.2 Sexo da criança



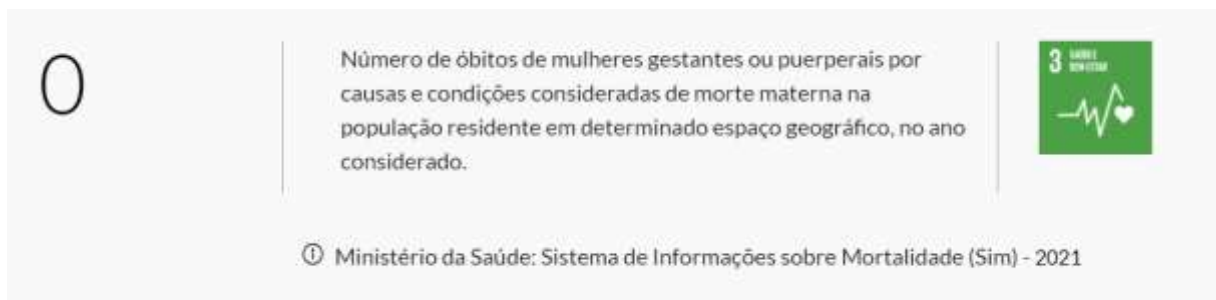
5.6.3 Componentes de mortalidade na infância



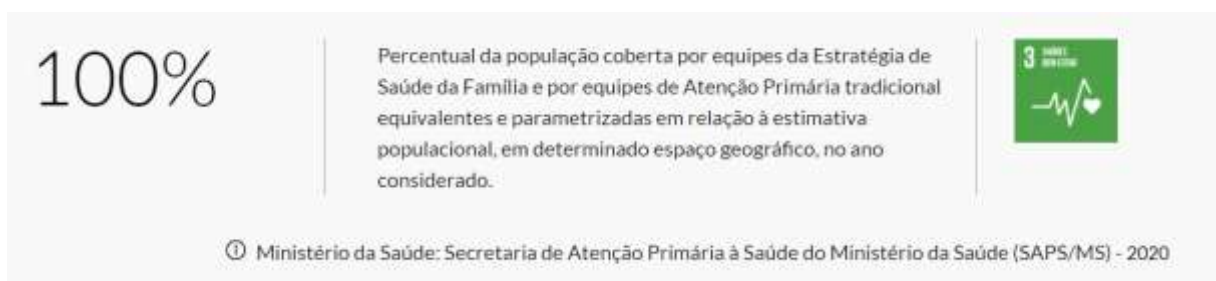
5.6.4 Causas evitáveis de mortalidade de crianças menores de 5 anos de vida



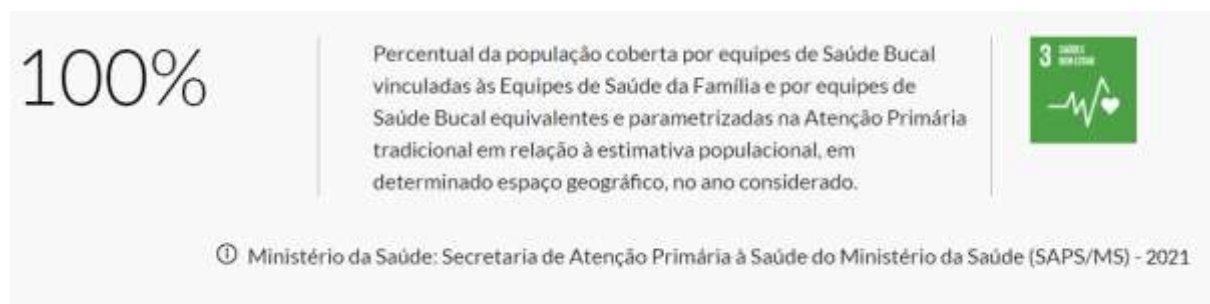
5.6.5 Número de óbitos de mulheres gestantes ou puerperais, por causas e condições consideradas de morte materna



5.7 Cobertura populacional estimada na Atenção Primária



5.8 Cobertura de saúde bucal



5.9 Transmissão vertical: HIV/Aids e Sífilis

As ações de controle das doenças de transmissão vertical, que demandam atenção durante o pré-natal e o parto, também integram o conjunto de políticas de proteção à criança. Entre essas doenças estão o HIV/Aids e a sífilis. As taxas de detecção de Aids em menores de cinco anos e de incidência de sífilis congênita permitem mapear a transmissão dessas infecções da mãe para o bebê, além de indicar a efetividade das políticas de prevenção.

Em Nova Laranjeiras/PR, a taxa de detecção de Aids em menores de cinco anos foi de 0, o que corresponde a 0 novos casos em relação ao ano anterior, da mesma forma sobre sífilis congênita.

6 ASSISTÊNCIA SOCIAL

É uma política pública, direito de todo cidadão que dela necessitar. Está organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Seu objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. 13

O Plano Nacional pela Primeira Infância destaca que a política social de apoio a famílias e indivíduos deve contemplar a implantação ou implementação de redes de serviços eficientes e de boa qualidade. Redes de geração de emprego e renda e redes de serviços comunitários. Todavia, mais do que isso, é necessário que a questão da família seja introduzida na agenda da política social. A qualidade de vida da criança pequena está diretamente relacionada à qualidade de vida oferecida na cidade em que nasce e vive. Quanto melhor forem os indicadores sociais e maiores a oferta de serviços públicos, melhor condição de vida terá a criança e sua família.

6.1 CADASTRO ÚNICO

O Cadastro Único é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda. Com ele é possível conhecer a realidade socioeconômica das famílias, das características do domicílio, as formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também de cada um dos componentes da família.

Portanto constitui-se em importante ferramenta de apoio a formulação e a implantação de políticas capazes de promover a melhoria de vida dessas famílias, na medida em que reúne um conjunto de dados que permite aos gestores o conhecimento dos riscos e das vulnerabilidades a que a população pobre e extremamente pobre está exposta.

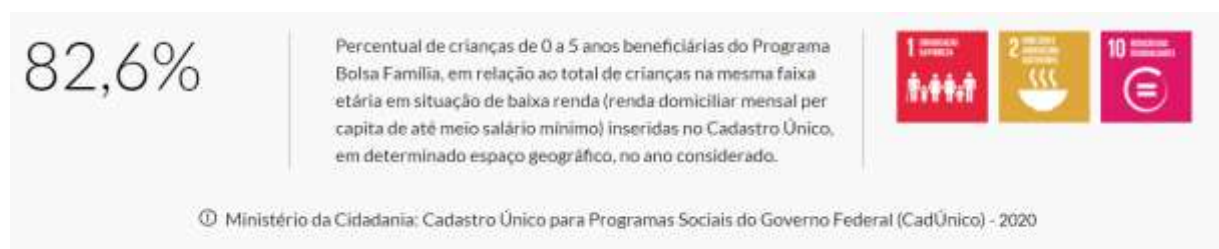
É o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo utilizado para a concessão dos benefícios do Programa Auxílio Brasil, da Tarifa Social de Energia Elétrica e do Auxílio Gás, dentre outros.

De acordo com os dados passados pela gestão do Cadastro Único do município, no ano de 2023, temos um total de 3.182 famílias inscritas no Cadastro Único, demonstrando um índice de vulnerabilidade preocupante.

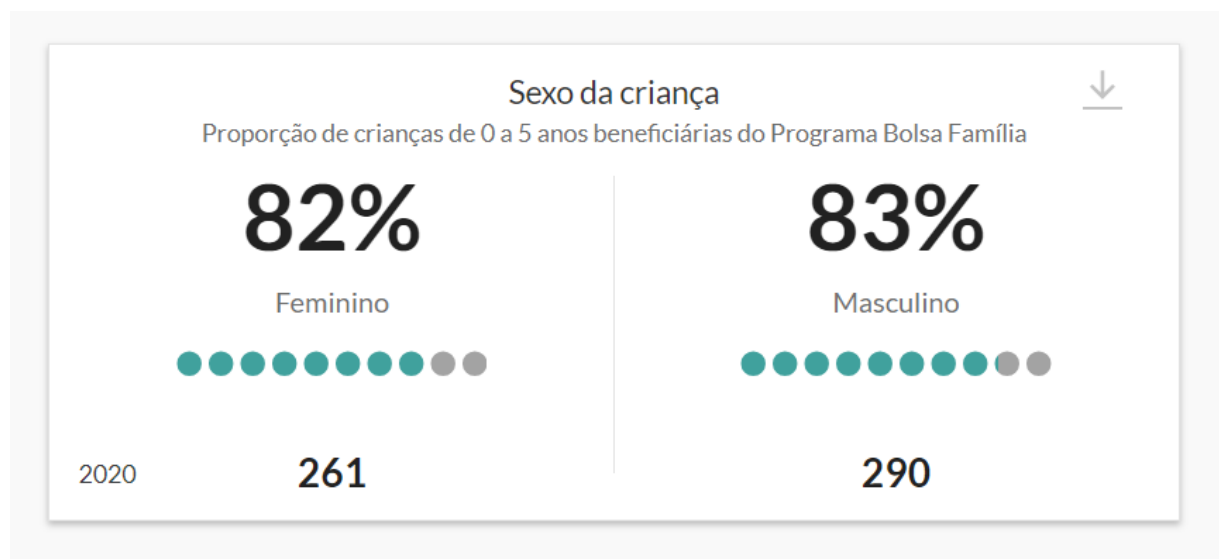
- Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família PBF = 1.828

- Número de famílias com crianças de 0 a 6 anos beneficiárias no Programa Bolsa Família PBF = 753
- Número de crianças de 0 a 6 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família PBF: 753
- Número das crianças beneficiárias de 0 a 6 anos zona urbana = 119
- Número das crianças beneficiárias de 0 a 6 anos zona Rural = 799

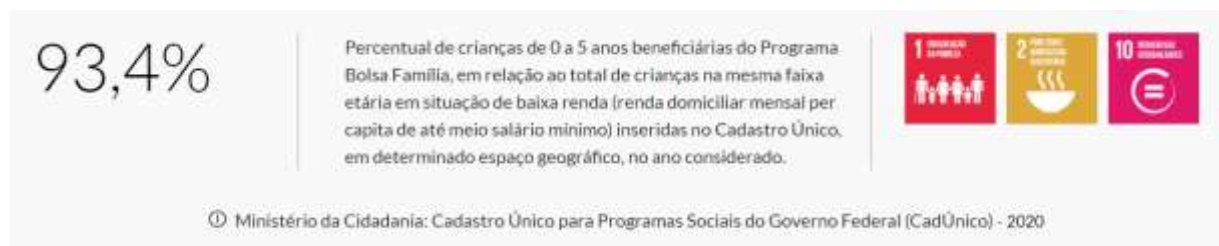
6.1.1 Proporção de crianças de 0 a 6 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família



6.1.2 Sexo da criança



6.1.3 Proporção de crianças de 0 a 6 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família em domicílios que atendem o critério de renda para inclusão no Programa



6.2 CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS é a porta de entrada da Política de Assistência Social. As ações desenvolvidas nesses espaços têm como objetivo prevenir situações de risco, utilizando-se de estratégias de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

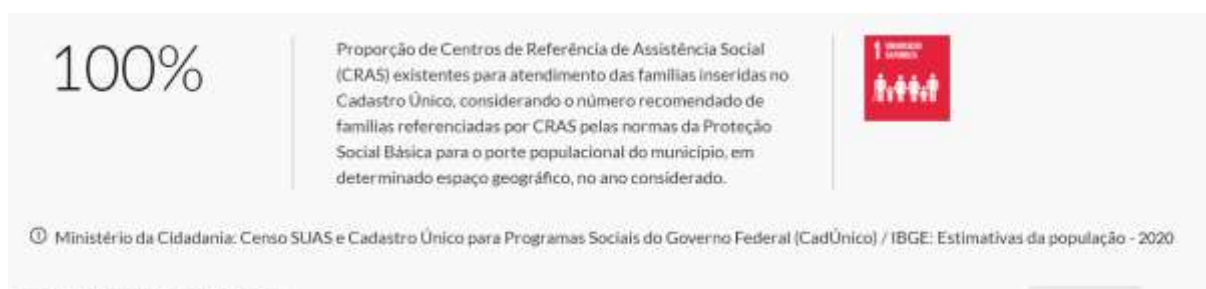
Em nosso município, por se tratar de pequeno porte I, pode referenciar até 2.500 famílias. Atualmente conta com 266 famílias em acompanhamento e 38 crianças de 0 a 6 anos em grupo de convivência direcionado para esta faixa etária. A equipe de referência atualmente é composta por 01 coordenadora, 02 Assistentes Sociais, 01 Psicóloga, 01 Oficial Administrativa e 01 Auxiliar de Serviços Gerais. .

A Cobertura dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para famílias inscritas no Cadastro Único em Nova Laranjeiras/PR é de 100%

O SUAS conta também com serviços especializados de acolhimento e proteção a famílias e pessoas temporariamente afastadas do convívio familiar, incluindo crianças na primeira infância. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que o acolhimento familiar deve ter prevalência em relação ao acolhimento institucional.

Ambos devem ter caráter temporário e excepcional, sendo dever do Estado prezar pelo restabelecimento dos vínculos familiares das crianças acolhida

6.2.1 Cobertura dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)



6.2.2 SCFV – SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos possui uma meta de atendimento 227 usuários, divididos em grupos por faixa etária. Entre todos os grupos de usuários somamos 39 crianças de 0 a 6 anos.

6.2.3 Registro civil de nascimento

A garantia do Registro Civil é um direito de todas as crianças. Por meio dele, definem sua identidade perante o Estado e a sociedade, tornando-se aptas ao pleno exercício de sua cidadania. A ausência desse registro cria, entre outras implicações, entraves para que meninos e meninas na primeira infância possam ser beneficiárias das políticas públicas.

Em Nova Laranjeiras/PR, a estimativa de sub-registro é de 7,9%. Isso quer dizer que 14 crianças, de até um ano de idade, não possuem registro de nascimento.

6.2.4 Políticas públicas de atenção à primeira infância

A universalização dos direitos das crianças na primeira infância tem como condição primordial a superação da pobreza extrema e das desigualdades sociais. O Estado brasileiro tem empenhado esforços na implementação de políticas de transferência e garantia de renda a famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com impacto direto na vida da população entre zero e cinco anos.

Destacam-se, nesse sentido, os Programas Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada – BPC.

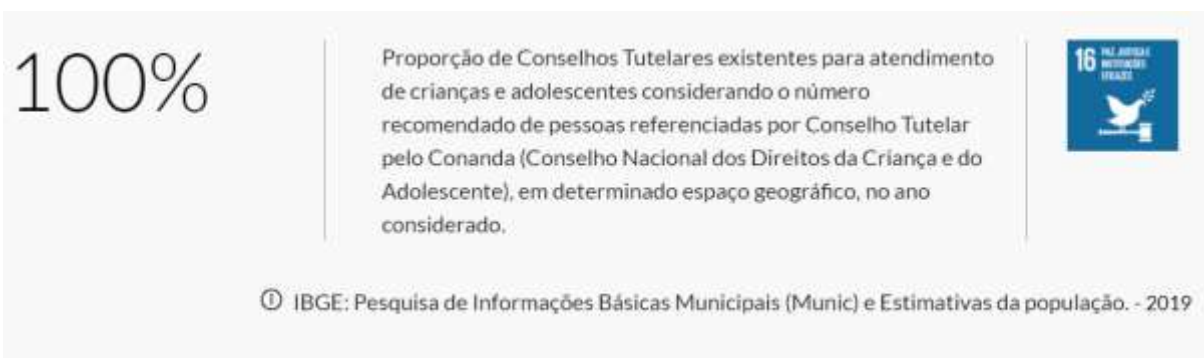
Em Nova Laranjeiras/PR, o Bolsa Família alcança 82,6% das crianças de seis anos ou menos em situação de pobreza, oferecendo a suas famílias a garantia de uma renda mínima.

6.3 Conselhos Tutelares

Os Conselhos Tutelares devem atender a crianças e a adolescentes sempre que houver risco de violação dos seus direitos, seja por ação ou omissão do Estado, da sociedade ou dos pais e responsáveis. De acordo com as diretrizes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda, cada município deve ter um Conselho Tutelar para cada 100 mil habitantes. Atribui-se, dessa forma, aos municípios mais populosos, a responsabilidade pela instituição de um número maior de Conselhos.

Considerando essa proporção, a cobertura de Conselho Tutelar em Nova Laranjeiras/PR é de 100%.

6.3.1 Cobertura de Conselho Tutelar



6.3.2 Existência de Conselhos Tutelares



7. AÇÕES PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

7.1 AÇÕES EDUCAÇÃO

O Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) é um instrumento de gestão para a implementação de políticas públicas, capaz de fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos e permitir um olhar mais apurado das infâncias no município, alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com o que traz o Marco Legal da Primeira Infância.

O objetivo é priorizar as necessidades das crianças e, dessa forma, contribuir para efetivar as melhorias almejadas e garantir os direitos deste público, considerando a potencialidade de desenvolvimento e aprendizagem dos primeiros seis anos de vida, no decurso dos próximos dez anos.

- Dia D do Desemparedamento: as escolas municipais realizarão atividades fora do espaço da sala de aula, explorando a observação, a escuta e o contato com a natureza;
- Educação das Relações Étnico-Raciais e a Primeira Infância;
- Exposição: “Resgatando a Infância com a Família: Brincando de Ser Criança!”
- Combate ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes – Inter secretarias;
- Oficina de Música, com o tema Alimentação, será direcionada a crianças de 3 anos; a Oficina do Brincar, com o tema Profissões, Saúde, Educação e Esportes, será voltada para crianças de 4 anos; já a Oficina de Colagem, tema Cidade e Espaços Físicos, será voltada para as crianças de 5 anos, e a Oficina de Contação de História, tema Família e Prevenção à Violência, para 6 anos de idade. Organizado pelas escolas com os profissionais do quadro;
- Atendimento e acolhimento, através de escuta qualificada, a alunos vítimas de violações de direitos, vulnerabilidade social, questões de saúde mental, relacionamento pais e filhos;
- Realização de atividades de apoio e orientação às famílias e responsáveis dos alunos por meio de entrevistas, palestras e outras estratégias, visando contribuir no entendimento da dinâmica familiar e no fortalecimento do elo escola e família;

- Articulação junto a Rede de Proteção para atendimento às demandas dos alunos e família;
- Assessoramento, orientação e formação continuada aos profissionais da educação voltadas a Primeira Infância;
- Aquisição de brinquedos e outros materiais pedagógicos para a Educação Infantil, incluindo bonecas de todas as etnias, personagens negros e jogos que contemplem a diversidade étnica, sem discriminação de etnia ou cor;

Exemplos de como trabalhar:

AÇÃO	OBJETIVO	DESENVOLVIMENTO
Brincadeiras ao ar livre com menos tecnologia digitais;	Desenvolver habilidades importantes que a acompanharão até a vida adulta: criatividade, vínculos de amizade, coordenação motora, empatia, limites, percepção da diversidade de cores, sabores, sons e texturas;	Retirar as crianças da sala de aula para realização de atividades ao ar livre com os mais diversos recursos em (pátios, praças, parques, sítios e Afins) assim diminuindo o uso das tecnologias digitais;
Palestras aos pais sobre Orientação Parental e os Marcos do Desenvolvimento das crianças;	Orientar os pais e responsáveis sobre o desenvolvimento das crianças; Entender as fases do desenvolvimento das crianças para melhor desenvolver suas habilidades;	Realizar palestra com pessoas capacitadas sobre o assunto a ser tratado em horário que os pais possam participar;
Brincadeiras no ambiente escolar e familiar;	Favorecer, estimular o repertório de brincadeiras infantis; Propiciar a participação em brincadeiras de regras e de grupos;	Roda de conversa (meus brinquedos preferidos! /do que mais gosto de brincar?); Cartaz com a lista dos brinquedos e brincadeiras preferidas;

	Experimentar jogos e brincadeiras do contexto familiar e comunitário. Reconhecer a utilização de materiais alternativos para a realização de jogos e brincadeiras do contexto familiar e comunitário. Reconhecer o jogar e brincar vivenciados em diferentes momentos históricos no âmbito familiar. Investigar jogos e brincadeiras junto aos familiares, identificando as principais práticas vivenciadas por eles. Comparar as características de movimentação das brincadeiras e dos jogos relatados e que praticam nos dias de hoje.	Votação com a escolha de algumas brincadeiras preferidas para brincar; Dramatizações; Desenho de brincadeiras preferidas; Pesquisa junto as famílias sobre as brincadeiras da infância; Murais com exposição dos trabalhos, desenhos de brincadeiras e fotos dos alunos brincando;
Expressar sentimentos por meio de diferentes linguagens: verbal, gestual, música, dança e arte.	Comunicar necessidades, desejos e emoções, utilizando gestos, balbucios, palavras. Expressar suas ideias, sentimentos e emoções por meio da dança, da música ou da arte.	Estimular a expressão dos sentimentos, desejos e emoções por meio das expressões faciais, da expressão verbal e da contação de histórias; Incluir na rotina diária de sala de aula a expressão dos sentimentos e emoções utilizando imagens de rostos que caracterizam as

		diferentes formas de emoções e sentimentos que a criança está vivenciando naquele momento ou em uma situação de conflito; Utilizar músicas que abordam a temática dos sentimentos e emoções, ensinar letras de músicas simples, que contribuam para a percepção e nomeação dos seus sentimentos e emoções; Expressar e representar por meio de desenho e outros registros gráficos suas vivências, sentimentos e emoções; Manifestar e transmitir por meio da dança e seus ritmos diferentes sentimentos e emoções.
Resgatar diferentes brincadeiras cantadas e brincadeiras de roda; ensinar os alunos e incentivar os familiares a brincar juntos.	Conhecer brincadeiras cantadas e brincadeiras de roda típicas da região e da cultura. Escutar canções e participar de brincadeiras cantadas e brincadeiras de roda; Reproduzir canções conhecidas e usar em suas brincadeiras; Incentivar os familiares a	O professor fará uma seleção de brincadeiras cantadas e de roda e ensinará aos alunos a canção e a forma de brincar, incentivando-os nessas brincadeiras. Os familiares serão incentivados a ensinar para as crianças brincadeiras cantadas e de roda, das quais brincavam

	ensinar brincadeiras cantadas e de roda e à brincar com as crianças.	quando crianças. Será sugerido para os familiares gravar vídeos das brincadeiras realizadas e compartilhar no grupo de whatsApp dos pais. Será realizado como uma forma de incentivo ao brincar juntos e também ao compartilhamento de novas ideias.
Práticas sociais relativas à higiene; autocuidado e autonomia; hábitos alimentares, de higiene e descanso; cuidados com a saúde;	Adotar hábitos de autocuidado relacionados à higiene, alimentação, e aparência	O professor/ equipe pedagógica e diretiva: realizará rodas de conversas com as crianças sobre ações de cuidado com o próprio corpo com o objetivo de levar os alunos a valorizar alimentos saudáveis e uma boa higiene corporal; Realizar recortes de livros, revistas, confeccionar cartazes com figuras de alimentos saudáveis; Apresentar alimentos e frutas benéficos à saúde; Expor vídeos, cantigas sobre o tema; Explicar sobre hábitos de saúde e consumo adequado de alimentos, prevenindo a obesidade infantil; Proporcionar aos alunos

		práticas que desenvolvam bons hábitos alimentares: consumo de frutas, legumes, saladas e outros. Realizar atividades e ações coletivas de higiene: Ir ao banheiro, lavar as mãos e escovar os dentes com autonomia. Nos ambientes internos e externos, envolver os alunos a participarem do cuidado dos espaços coletivos da escola, como o banheiro e o refeitório.
Vivenciar situações de deslocamento e movimento do corpo fora e dentro da sala. Explorar movimentos corporais ao dançar e brincar. Criar movimentos dançando ou dramatizando para expressar-se em suas brincadeiras. Vivenciar brincadeiras e jogos corporais como amarelinha, roda,	Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança e música.	O professor/ equipe pedagógica e diretiva: fará com as crianças, rodas de conversas explicando como será o desenvolvimento das aulas, realizando brincadeiras e atividades lúdicas envolvendo movimentos corporais em sala e nos espaços externos com o objetivo da criança expressar seus desejos, sentimentos e emoções; Conversar com as crianças sobre quais são as brincadeiras preferidas; Apresentar diversas brincadeiras, juntamente

boliche, passa lenço, bola ao cesto e outras.		com os alunos e com a família, realizar uma pesquisa sobre quais eram as brincadeiras dos pais ou avós, com o objetivo de resgatá-las; Oportunizar aos alunos de experimentar brincadeiras e jogos corporais como amarelinha, cantigas de roda, boliche, passa-lenço, bola ao cesto, pular corda e outras. Realizar com os alunos movimentos corporais ao dançar e brincar, aproveitando as datas comemorativas, como festa junina, dia das crianças, entre outros.
--	--	--

7.2 AÇÕES EM SAÚDE

O Plano Municipal pela Primeira Infância de Nova Laranjeiras - Pr, em relação à saúde, “apoia-se sobre o direito universal de acesso à saúde, entendida em seu conceito mais amplo, que envolve reconhecer o ser humano como ser integral e a saúde como qualidade de vida”. Todas as legislações estudadas deixam claro que os direitos básicos à saúde da criança estão relacionados a garantir plenas condições de nutrição, de desenvolvimento e de proteção. Para isso, conforme o PNPI, as diretrizes das políticas públicas precisam estar apoiadas em ações transversais e integradas, operacionalizadas em todos os níveis de atenção, desde a saúde básica, o atendimento pré-natal, o parto e o puerpério, até o acompanhamento do desenvolvimento da criança, bem como os serviços especializados.

CRIANÇA COM SAÚDE

Prevenção da gravidez na adolescência e universalização do atendimento a gestante.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Disponibilizar exames e pré-natal de qualidade a todas as gestantes	Disponibilização dos testes rápidos de HIV, Sífilis e Hepatite B nas unidades de atendimento	Saúde	Contínuo 2024-2034
		Realização das seis consultas mínimas de pré-natal das gestantes	Saúde	Contínuo 2024-2034
		Garantir acesso a todos os exames pertinentes ao pré-natal	Saúde	Contínuo 2024-2034
2	Promover a redução da Gravidez na Adolescência	Realização de palestras, oficinas e rodas de conversa com adolescentes sobre os métodos contraceptivos e DSTs	Saúde, Educação, Assistência Social	Anual 2024-2034
		Palestras sobre os riscos da gravidez na adolescência	Saúde	Anual 2024-2034

3	Promover o Planejamento Familiar	Garantir a oferta de métodos contraceptivos	Saúde	Anual 2024-2034
		Realização de palestras, oficinas e rodas de conversa sobre os métodos contraceptivos e DSTs	Saúde	Anual 2024-2034
4	Diminuir a morbidade e mortalidade materna	Garantir a correta Estratificação de Risco da Gestante	Saúde	Anual 2024-2034
		Garantir a oferta da consulta puerperal até o 7º dia pós parto	Saúde	Anual 2024-2034

Promoção do atendimento na Primeira Infância.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Diminuir a morbidade e mortalidade infantil	Garantir a oferta da primeira consulta com pediatra até o 5º dia após nascimento	Saúde	Anual 2024-2034
		Realização do acompanhamento do desenvolvimento da criança através da Puericultura	Saúde	Contínuo 2024-2043
		Promoção do Agosto Dourado em alusão ao incentivo ao aleitamento materno	Saúde	Todo mês de Agosto 2024-2034
2	Erradicar a desnutrição e as anemias carenciais	Realização de campanhas de informação, educação e comunicação para uma alimentação adequada em quantidade e qualidade	Saúde	Anual 2024-2034
		Promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis na escola e na família	Saúde, Educação	Anual 2024-2034

		Oferta de sulfato ferroso, vitaminas e sais minerais na Farmácia Básica	Saúde	Contínuo 2024-2034
3	Prevenir o sobrepeso e doenças na primeira infância	Incentivo a prática da atividade física e orientações quanto a alimentação saudável através de palestras e rodas de conversa nas escolas	Saúde, Educação	Anual 2024-2034
4	Desenvolvimento das ações de Vigilância em Saúde	Realização do acompanhamento de antropometria e consumo alimentar (SISVAN)	Saúde	Contínuo 2024-2034
5	Promover a saúde mental de crianças	Realização da busca ativa de crianças com necessidades especiais	Saúde, Educação	Contínuo 2024-2034
		Implementação e fortalecimento de programas dirigidos às crianças com deficiência ou com transtornos globais do desenvolvimento	Saúde , Educação	Contínuo 2024-2034
6	Promover o acesso gratuito a todas as vacinas preconizadas pelo Programa Nacional de Imunização	Realização de campanhas de vacinação	Saúde	Contínuo 2024-2034
		Realização de busca ativa aos faltosos	Saúde	Contínuo 2024-2034
7	Promoção da Saúde Bucal	Ofertar atendimento odontológico nas Unidade de Saúde	Saúde	Contínuo 2024-2034
		Realização de palestras, escovação e aplicação de flúor nas escolas	Saúde , Educação	Contínuo 2024-2034

7.3 AÇÕES EM ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Atividades de SCFV com aulas de Dança em parceria com educação, atendendo um total de 200 crianças
- Atendimento de aula de violão em parceria com a Secretaria de Cultura, esporte e turismo atendendo um total de crianças 80 crianças
- Oficina de Judô em parceria com a Secretaria de Cultura, esporte e turismo na Comunidade da Sede e Rio Guarani, atendendo um total de 80 crianças;
- Escolinhas de Futsal nas comunidades de Rio Guarani, Rio da Prata, sede e Guaraí totalizando um total de 250 crianças.
- Dia D de combate ao abuso sexual infanto juvenil, no mês de Maio, em alusão ao Maio Laranja, em parceria com as Secretaria de Educação e saúde.
- Dia D de combate ao trabalho infantil no mês de Junho.

Promoção para inserção em Programas e Projetos

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	QUEM	PRAZO
01	Inserir as famílias em situação de risco em programas sócio assistenciais	Verificação das condições de vulnerabilidade de famílias cadastradas no Município	Assistência Social	Contínuo 2024-2034
02	Atualizar o mapeamento das crianças de até 6 anos com deficiência, beneficiárias do BPC no Município	Realização da busca ativa de crianças aptas a receber o BPC	Assistência Social	Contínuo 2024-2034
03	Promover a família como espaço adequado para o desenvolvimento da criança	Utilização dos espaços da comunidade tais como: unidades de saúde, educação, igrejas, associações de moradores, para encontros com grupos de famílias.	Assistência Social	Contínuo 2024-2034

		Qualificação dos profissionais dos CRAS e CT sobre a valorização da unidade familiar e suas interfaces como locus próprio de identidade social	Assistência Social	Contínuo 2024-2034
--	--	--	--------------------	--------------------

Inserção da criança na comunidade.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	QUEM	PRAZO
01	Valorizar os espaços comunitários para o desenvolvimento da criança	Promoção de ações que evidenciem as características culturais da comunidade	Assistência Social, Educação, Esporte e Cultura	Contínuo 2024-2034
02	Integração entre família, comunidade e criança nos espaços públicos	Realização do dia da convivência Familiar e Comunitária na sede e nas zonas rurais do Município.	Assistência Social, Educação, Saúde, CMDCA	Contínuo 2024-2034

Garantir a todas as crianças de 0 a 6 anos, o direito de brincar.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	QUEM	PRAZO
01	Realizar o diagnóstico para identificação dos espaços públicos disponíveis, governamentais e comunitários, do brincar das crianças de até seis anos	Verificação do quantitativo de espaços disponíveis	Secretaria de Cultura, Esporte e lazer e Secretaria de Planejamento e Obras.	A partir de 2025

		Avaliação da qualidade dos espaços e a possibilidade de adequá-los a faixa etária	Secretaria de Cultura, Esporte e lazer e Secretaria de Planejamento e Obras.	A partir de 2025
		Buscar junto as outras esferas governamentais, recursos para a construção de espaços específicos para crianças	Secretaria de Cultura, Esporte e lazer e Secretaria de Planejamento e Obras.	A partir de 2025
02	Instituir espaços para lazer de crianças na primeira infância	Valorização e resgate as antigas brincadeiras das comunidades do Município	Educação, Assistência Social	Contínuo 2024-2034

Enfrentamento contra a violência de Crianças

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	QUEM	PRAZO
01	Promover campanhas municipais de sensibilização para prevenção e enfrentamento à violência, nas diferentes formas, em alinhamento com as campanhas estaduais e nacionais.	Realização de eventos específicos como o 18 de Maio, o 12 de junho e outros voltados para o enfrentamento e combate à violência.	CMDCA, CT, Assistência Social, Educação, Saúde	Contínuo 2024-2034

02	Qualificar o fluxo e o monitoramento de atendimento/acompanhamento da criança no SGD, através de um banco de dados específico e/ou alimentação dos dados do Sipia	Promoção e fortalecimento do Sipia	CMDCA, CT, Assistência Social	Contínuo 2024-2034
----	---	------------------------------------	-------------------------------	-----------------------

Garantia de acesso e efetivação ao Registro Civil a todas as crianças logo após o nascimento.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	QUEM	PRAZO
01	Promover campanhas permanentes informativas e de sensibilização social, através de rádios, carros de som, faixas, folhetos e outros meios	Promoção de orientações aos pais sobre o registro civil nos materiais informativos das secretarias de saúde, nas campanhas de vacinação, nas visitas domiciliares, bem como nos informativos das demais secretarias: educação, assistência social, cultura, esporte e lazer.	Assistência Social	Contínuo 2024-2034
02	Organizar, nas escolas, ações que estimulem o registro de nascimento e dar orientação às famílias	Inserção da temática nas reuniões de pais	Educação	Contínuo 2024-2034

8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e avaliação do PMPI/Nova Laranjeiras é elemento fundamental para a garantia da sua efetivação, avanço e aplicabilidade. Para a execução e a correção de possíveis obstáculos, as atividades de monitoramento e avaliação do PMPI/Nova Laranjeiras serão contínuas e organizadas por relatórios, considerando os eixos definidos no Plano de Ação, direcionados pelo CMDCA em consonância com os demais atores envolvidos, uma vez que a responsabilidade pela proteção e garantia dos direitos das crianças é compartilhada entre poder público, sociedade e família.

O acompanhamento do PMPI/Nova Laranjeiras, tanto pelo poder público, quanto pela sociedade, tem a finalidade primordial de medir avanços na sua execução e no alcance de suas metas e identificar se há necessidade de ajustes ou mudanças. Os mecanismos de monitoramento e avaliação do Plano devem basear-se na coleta sistemática de dados quantitativos e/ou qualitativos, que facilitem análises e que, possibilitem examinar possíveis resultados da implementação do PMPI/ Nova Laranjeiras para a garantia dos direitos e o desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos no Município.

Como este é um Plano que contém ações a serem executadas a curto, médio e longo prazo, num período de dez anos de 2024 a 2034, este será revisado anualmente, ou a qualquer tempo em caráter extraordinário caso haja necessidade apontada pelo monitoramento.

Para subsidiar esta ação, técnicos de todas as Secretarias envolvidas na implementação do plano devem se apresentar como relatores setoriais, responsáveis pela coleta, sistematização, análise e apresentação de dados e informações sobre as ações que lhes competem.

O monitoramento da implementação do PMPI/ Nova Laranjeiras deve ser um processo contínuo, desenvolvido pela Prefeitura e acompanhado periodicamente pela Comissão Municipal Intersetorial, instituída pelo DECRETO N. 231, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023

REFERÊNCIAS

<https://www.gov.br/cidadania/pt-br>

https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php

<https://odsbrasil.gov.br>

<https://www.unicef.org/brazil/>

Observatório do marco legal da primeira infância (rnpiobserva.org.br)

<https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/PPNI-resumido.pdf>

(primeirainfancia.org.br)

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988. São Paulo, Atlas, 1988.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm.

<http://primeirainfancia.org.br>

<https://www.gov.br/mds/pt-br/search?SearchableText=PRIMEIRA%20INFANCIA>

<https://www.ibge.gov.br/>

<https://cidades.ibge.gov.br>